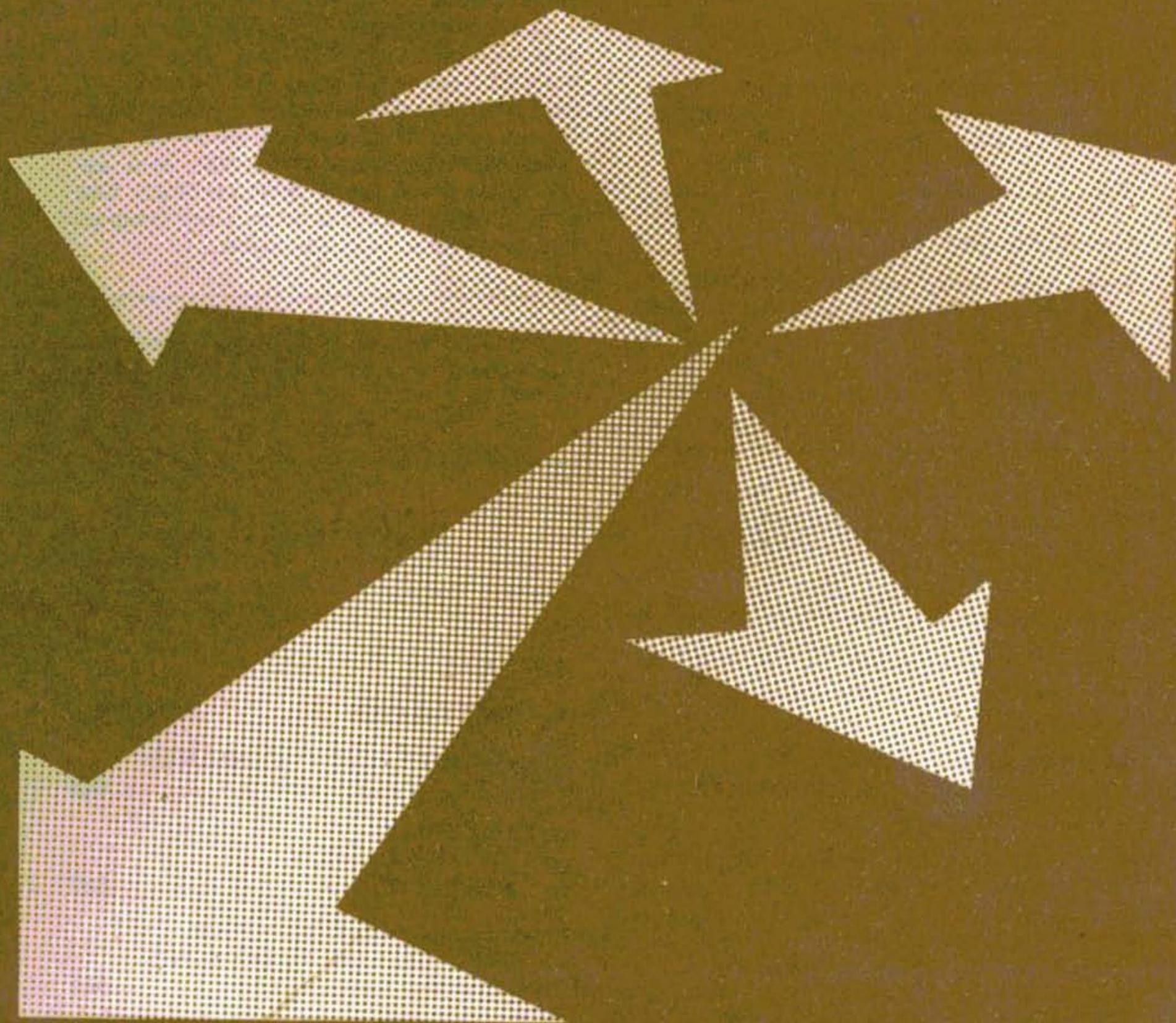


convergência

NOV — 1982 — ANO XVII — Nº 157



- **CONVIVENDO COM O CONFLITO**

Frei Hugo D. Baggio, OFM — página 527

- **PERSPECTIVAS DA CATEQUESE HOJE**

Pe. Paulo Bratti — página 537

- **O PAPEL DA VR-NA EDUCAÇÃO DA FÉ DO POVO**

Frei Bernardino Leers, OFM — página 544

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1982:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1982	Cr\$ 2.390,00
Exterior: marítima	US\$ 19,00
aérea	US\$ 27,00
Número avulso	Cr\$ 239,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Tentativa de esterilizar, de forma visualmente artística, a figuração mental de uma como explosão centrífuga de vetores-força. A palavra de ordem do Evangelho é esta: "IDE por todo o mundo. Pregai o Evangelho a toda criatura", Mc 16, 15. IDE; amai-vos como Eu vos amei. Quem ama cumpre toda a lei. IDE, isto é, ser mis-

sionário, catequista, mensageiro, bandeirante, diplomata, caminheiro, bate-estrada, pioneiro. Como vê, IDE traduz força, movimento, energia, ação, dinamismo, empenho. A Vida Religiosa, nas suas raízes, é MISSÃO. É envio. É presença. Você, Religioso e Religiosa, ouviu, um dia, o chamado do Senhor. E se decidiu: "PRESENTE! Aqui estou. Eu vou Te acompanhar. E com meus irmãos, um mundo novo edificar". CONVERGÊNCIA, em 1982 — como sempre fez — quer ser ajuda para este comprometimento seu. Quer testemunhar o que Você espera, por toda parte, uma nova era de vida em plenitude. Creia. Deus é bom. Cada vez que se cansar e vir tanta coisa errada, confie. Não está sozinho. Conosco Deus quer partilhar. Seu amor é fiel, gratuito e forte. Com Deus se triunfa sempre. Até da morte.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	513
INFORME DA CRB	515
CONVIVENDO COM O CONFLITO Frei Hugo D. Baggio, OFM	527
PERSPECTIVAS DA CATEQUESE HOJE Pe. Paulo Bratti	537
O PAPEL DA VIDA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO DA FÉ DO POVO Frei Bernardino Leers, OFM	544
VIDA RELIGIOSA E PROFISSIONALIZAÇÃO Pe. Martinho Lenz, SJ	558
UM FRANCISCANO ENTRE OS BISPOS REFORMADORES: DOM. FR. JOSÉ DA SANTÍSSIMA TRINDADE, BISPO DE MARIANA (1820-1835) Riolando Azzi	564

EDITORIAL

A teologia cristã, nas últimas décadas, parece ter redescoberto a realidade do discernimento no Espírito. Não há nisto um mero acaso. A consciência da função que exerce o discernimento caminha junto com as transformações atualmente em curso na Igreja. Por outro lado, a história de vinte séculos de cristianismo é a história do discernimento. Confrontados por desafios que lhes vinham da evolução de um mundo que aceitavam sem poder refazê-lo, os cristãos praticaram o discernimento a fim de agir. Não é difícil aperceber-se do quanto o discernimento se acha situado no coração da mensagem cristã. Longe de ser uma espécie de oportunismo ou de pragmatismo imediatista que ameaça sempre a existência humana, constitui-se no princípio fundamental do agir cristão, enquanto este agir procede do Espírito.

A qualquer momento, o cristão vive o julgamento final. A qualquer momento, Deus o julga e o julgamento de Deus é um julgamento que salva. Ora, Deus julga e salva ao enviar seu Espírito e o julgamento de Deus pelo Espírito se faz pelo discernimento. Este é, portanto, a presença atual do julgamento escatológico, o momento em que se dá o encontro entre Deus e o homem, em que a libertação divina se torna atual e entra na existência. É a entrada do Reino de Deus no mundo dos

homens ou a entrada dos homens no Reino de Deus.

Tudo isto faz do discernimento não uma prática extraordinária, para conjunturas esporádicas, senão uma constante na vida do cristão. "Não extingais o Espírito". "Não desprezeis as profecias", adverte o Apóstolo Paulo, mas "submetei todas as coisas ao discernimento. Ficai com o que é bom, afastai-vos de qualquer espécie de mal". Isto não significa, porém, que não se dêem circunstâncias pessoais e conjunturas históricas que requeiram do cristão uma particular lucidez no Espírito, um especial exercício de discernimento.

Toda decisão humana, na liberdade e na responsabilidade, tem uma peculiar densidade de sentido e se constitui em meta do ato de discernir. Há decisões, porém, cujo peso e cuja incidência na história coletiva, são especialmente significativas e que se revestem por isto mesmo de uma singular importância. Estas conjunturas constituem momentos privilegiados de discernimento.

Novembro de 1982 cria para todo brasileiro uma destas conjunturas histórico-políticas: exercer o direito do voto é, em última análise, assumir uma decisão preñhe de responsabilidade diante da história e do compromisso com o Evangelho. Deve, por isto

mesmo, constituir em especial momento de discernimento. E isto sob pena de desvincular a fé da vida, reduzir o Evangelho a uma teoria ou estabelecer fronteiras dicotômicas no compromisso cristão.

O discernimento entendido adequadamente se opõe ao escatologismo milenarista daqueles que esperam um advento iminente do Senhor e não encontram nada para fazer na terra neste meio tempo. Como se opõe também ao farisaísmo para o qual a ação já está definida pelas centenas de preceitos da Lei, eximindo de qualquer busca na arena da história. Por isto mesmo, o discernimento mostra que algo novo é possível e que o cristianismo não está esgotado por seu passado.

Convergência este mês oferece subsídios de reflexão que querem ajudar o religioso a viver em todas as circunstâncias a dinâmica esperitual do discernimento.

O artigo de **Frei Hugo D. Baggio, OFM** — “Convivendo com o conflito” — lembra que “a Vida Religiosa está sempre em processo de evolução, mormente em nossos dias”. É como que “colocada sempre de novo, frente a desafios sem número que nascem da realidade e a revelam” e que tudo isto põe em evidência o conflito e exige do Religioso aprender a conviver com ele.

“Perspectivas da Catequese hoje”, do **Pe. Paulo Bratti**, é um

trabalho sugestivo sobre o texto “Orientações sobre Catequese”, atualmente em fase de elaboração, sob a responsabilidade da Linha 3 da CNBB. O artigo é póstumo, como explica a nota da redação.

Frei Bernardino Leers, OFM, no seu interessante artigo — “O papel da Vida Religiosa na educação da fé do povo” — insiste em que “conscientes de serem servos inúteis, os religiosos precisam respeitar o povo em sua liberdade e vitalidade religiosa produtiva” e que, “em mútua aprendizagem, religiosos e povo crescerão e darão frutos melhores”.

Convergência apresenta neste número um comentário aos dados de um levantamento, realizado este ano pela CRB sobre Vida Religiosa e Profissionalização. O trabalho de autoria do **Pe. Martinho Lenz, SJ**, chama a atenção para aspectos interessantes deste processo e destaca algumas questões que importaria aprofundar.

O artigo de **Riolando Azzi** — “Um franciscano entre os bispos reformadores” — apresenta uma acurada análise do movimento dos bispos reformadores, “um dos aspectos mais destacados da Igreja da época imperial”, situando aí de forma clara e interessante a figura de Dom José da Santíssima Trindade.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

CRB — RIO DE JANEIRO

REUNIÃO DA DIRETORIA COM OS NÚCLEOS

No dia 8 de maio, no Convento do Cenáculo, Rio, realizou-se o Encontro dos Núcleos, convocado pela Diretoria da CRB-Regional. Compareceram representantes dos seguintes Núcleos: Petrópolis (Frei José Ariovaldo e Ir. Clea Gasparini), Campos (Ir. Marinete Arruda), Nova Iguaçu (Ir. Alcira Hensel e Ir. Maria Rosa), Niterói (Ir. Saudalita Ribeiro e Ir. Luíza Dalvi), Friburgo (Ir. Maria Carmelita Cordeiro e Ir. Isabel Ambar) e Valença (Ir. Maria Márcia). Não puderam comparecer representantes de Volta Redonda, Itaguaí e Caxias. A Diretoria estava representada por todos os seus membros, menos por Frei Neylor, em viagem no Mato Grosso do Norte.

A parte da manhã ficou a encargo de Frei José Ariovaldo, especialista recém-formado em Liturgia. Falou sobre o espírito litúrgico presente na Bíblia e as principais etapas da prática litúrgica na Igreja. Foi uma exposição muito rica e profunda, como se poderá ver, a seguir, nas avaliações. Esta primeira parte encerrou-se com a celebração eucarística. De tarde, foi feita a apresentação dos Relatórios dos Núcleos (ver e julgar), seguindo-se, em grupos, um trabalho para se fixar algumas conclusões práticas (agir). Eis as conclusões do

Encontro, aprovadas por todos: 1. Que a Regional continue e intensifique o seu apoio aos Núcleos e que os membros da Diretoria os visitem em rodízio. 2. Que haja atualização dos endereços das Comunidades Religiosas de cada Núcleo, para que a Regional, recebendo-os, possa melhor servi-las. 3. Que os Núcleos, enquanto possível, intensifiquem as visitas às Comunidades Religiosas. 4. Que cada Núcleo procure criar uma certa base econômica, sem onerar as Comunidades, que já contribuem para a CRB-Nacional e Regional. 5. Que haja e se expresse maior solidariedade com os Bispos diocesanos dos vários Núcleos. 6. Urgência de um contato com o Bispo de Campos que deseja e necessita de um forte apoio dos Religiosos. A Diretoria deverá enviar-lhe carta propondo uma reunião com os Religiosos, para se estruturar o Núcleo. 7. A Diretoria deverá enviar carta de apoio ao Bispo de Niterói, em vista aos últimos acontecimentos que resultaram na ex-comunhão, ipso facto, de um sacerdote deste Arcebispado. 8. A Diretoria deverá enviar carta a Dom Adriano, manifestando seu apoio, diante dos acontecimentos que resultaram na expulsão de um sacerdote, que feriu a comunhão diocesana de fé. 9. Friburgo pede a presença de um membro da Regional, em encontro que será proximamente realizado. 10. E um membro da Diretoria deverá estar presente em Nova Iguaçu no próximo dia 21 de junho, para a reunião do Núcleo.

Quanto às avaliações, não as podemos dar todas, mas eis algumas bastante significativas que englobam as demais: "A parte da manhã foi ótima: oração e conferência. A apresentação dos Relatórios, também, muito importante. Deveria ter havido, apenas, mais tempo para a palestra" (Ir. Isabel, Nova Friburgo). "De manhã, muito proveitoso. De tarde, maior abertura e muita fraternidade" (Sem assinatura). "O esquema foi bom. Reflexão e caminhada dos grupos, ótimos. Excelente a exposição do Frei Ariovaldo. O clima do encontro foi muito bom: simples, aberto, espontâneo. O atraso de uma hora para o começo foi a única coisa que atrapalhou. A dinâmica do Pe. Gomes foi muito boa. Obrigada pelo zelo e interesse pela VR" (Ir. Saudalita, Niterói). "O tema da manhã sobre a Liturgia foi ótimo, rico e profundo. Os Relatórios foram bem proveitosos. A presença da Diretoria foi muito positiva" (Ir. Alcira Hensel, Nova Iguaçu). "Encontrei aquilo que esperava: alegria, participação, comunicação, exposição excelente e oportuna. Muito boa a troca de experiências. Clima de amizade e fraternidade. Conclusões concretas e positivas" (Ir. Maria Márcia, Valença). "Experiência formidável este contato com a experiência dos outros. Este tipo de reunião é muito bom. A gente não se sente tão só, no próprio trabalho. Clima muito fraterno, franco e chelo de vida. Espero ansioso a próxima reunião" (Frei José Ariovaldo, Petrópolis).

Como se pode ver, não há representantes de Núcleos do Rio, pois eles estão desativados desde o início desta gestão. Na Arquidiocese do Rio, só funcionam Cursos e Reuniões por Setores.

CURSO DO IRMÃO ALEIXO

Mais uma vez Nossa Senhora foi exaltada em nossa CRB-Regional. Por três dias, reuniram-se 3 religiosos e 75 religiosas para refletirem sobre o mistério de Maria, assim como vem relatado

na Bíblia. O tema assim se apresentava: "Mariologia bíblica: Maria na palavra de Deus". Foi seu expositor o competente e perito mariólogo, Ir. Aleixo Auran, marista. No dia 29 de abril, embora somente 35 pessoas estivessem inscritas, apareceram 78 que assinaram o livro de comparecimento. Frei Neylor, às 9 h, deu as boas-vindas a todos e apresentou o conferencista convidado. Não daremos um resumo de tudo o que ele disse, pois seria necessário um "Koinonia" inteiro para não se perder a riqueza vivencial do conteúdo exposto. Isto melhor poderá ser apreciado nas avaliações dadas pelos participantes.

1. **Você ficou satisfeito(a) com o conteúdo doutrinário e vivenciado neste cursinho? (A palavra "cursinho" é sinônimo de "mini-curso": nada tem de pejorativo). Por quê?** Eis algumas respostas que resumem as demais: Sim, pela dinâmica e seriedade com que foi ministrado. / O curso ampliou e mudou minha forma de ver Maria. / Gostei do conteúdo, do método, da dinâmica. Mostrou-me uma N. Senhora diferente, mais real, mais bíblica, mais dentro da história da salvação. Valeu. / Estou realmente muito satisfeita com o conteúdo. Cresceu meu amor por Maria e seu Filho. / Agora tenho mais fundamentação para minha consagração religiosa, de carisma marial. / Tinha muito amor, mas conhecia pouco de Maria. Agora, me sinto melhor. / Maria tomou um novo lugar em minha vida. / Este curso me deu uma outra Maria: simples e extraordinária. Hoje (dia 1º de maio) amo mais que no dia 29 de abril. / É a primeira vez que ouvi falar claramente sobre Maria. Linguagem acessível, motivação fecunda para a vida comunitária e individual. Quero ser do "jeito de Maria". / Se houver uma segunda etapa, quero fazê-la. / Agora, vou rezar o "Magnificat" diferentemente, com mais alma e compreendendo-o melhor. / Foram 3 dias muito bem vividos. / O conteúdo doutrinário foi excelente e a apre-

sentação feita de maneira atraente e questionante, que me levou para mais perto de Maria. / O conteúdo, tanto doutrinário quanto vivencial, foi excelente. Claro e preciso. Profundo e explícito. Não deixou dúvidas. / Aprendi muito para a catequese juvenil. / Meu amor por Maria tornou-se mais maduro e consciente. / Descobri que eu não sabia quase nada sobre Maria. / Eu vim preparada para ouvir falar das virtudes de Maria e pude encontrá-la diferentemente na Anunciação, em Caná, no Calvário. Hoje, sem dúvida, ela é mais Maria para mim. (E assim, neste tom, se seguem todas as demais avaliações. Não houve nenhum que pusesse qualquer restrição ao conteúdo doutrinário e vivencial do mesmo).

2. Teria sugestões em vista a novos aprofundamentos sobre Maria? Eis algumas respostas: Gostaria de ouvir sobre a Imaculada Conceição e Assunção de Maria. / Maria no Apocalipse. / Que este curso tenha continuidade no ano que vem. / Tenho duas: A VR à luz do mistério de Maria, e Maria dentro da religiosidade popular. Como fazer uma pastoral mariana dentro de nossa realidade. / Tudo foi um começo: é preciso que o Ir. Aleixo volte e continue. / Que este curso fosse dado em nível de postulantes e noviços que já são religiosos. / Cursos mais frequentes e levados para o Interior. / Datas mais adequadas. / Maria na história da Igreja. (Grande número pede que Ir. Aleixo volte e complete o curso iniciado neste ano).

3. Uma palavra ao Irmão Aleixo. Destacamos as seguintes: Meu agradecimento e abraço e oração para que Maria o faça, cada vez mais, do "seu jeito". / Sua palavra foi ótima e profunda, terna e ungida. / Ir. Aleixo vive o "caminho da beleza" de Maria, da qual falou Frei Neylor na abertura do Curso. / Continue sendo este Marista entusiasta que mostrou ser. Isto faz

muito bem. / Louvo a Deus pelo carisma que tem de transmitir tanto calor a respeito de nossa Mãe. / Ele foi muito simples e profundo, mostrou grande amor por Maria, foi, se assim posso me expressar, aquele esposo que mostrou aos amigos sua esposa. / Ele foi comunicativo. Vive o que transmite e transmite-o com amor. Foi bom demais! / Precisamos, volta e meia, entrar em contato com pessoas assim, cheias de vida e amor. Valeu! / (Todos agradeceram muito ao Irmão Aleixo e muitos pediram: "Volte de novo e sempre!")

NOTA: A CRB-Regional, além de expressar seu agradecimento pela presença de Ir. Aleixo, já se compromete a convidá-lo para o próximo ano: Em fins de abril, para dar continuidade ao Curso deste ano, e em julho, para pregar um retiro marial. Para tanto, já esperamos que a Assembléia Geral Ordinária, em outubro, aprove estas nossas sugestões.

CRB — CURITIBA

1. Encontro da Equipe de Formação com os Mestres Formadores do Pré-Novinter e Novinter: 25 de fevereiro.

Este encontro teve por finalidade: Informar os mestres sobre a programação dos Cursos Intercongregacionais da CRB-PR: apresentação e distribuição das matérias do conteúdo programático, troca de idéias a respeito do nível e mentalidade de participação. Depoimentos de professores e de membros da Equipe de Formação sobre critérios básicos para uma caminhada em conjunto.

2. Início do NOVINTER: 02 de março.

O NOVINTER / 82 iniciou com a dinâmica de entrosamento e o Seminário de Psicologia aplicada à Vida Religiosa, orientado por Irmã Marlene Rosa, FC.

Uma equipe de Novíços nos conta o que foi este seminário para eles:

No geral o **conteúdo** foi bastante rico, em todos os sentidos, levando-nos ao auto-conhecimento e identificação de si dentro do plano de valores e contra-valores. Chegamos à consciência de que o processo iniciado no seminário deve continuar: os fundamentos foram dados agora devemos enriquecê-los.

A **metodologia** foi ótima; a explicitadora cativou a atenção. Porém, por ser familiar e dominar a matéria, colocou o assunto em nível mais elevado do que a maioria dos assistentes, pois muitos estavam desinformados do assunto.

O **aproveitamento** foi bom: ofereceu condições para se chegar a uma auto-consciência de si, e assim adaptar-se melhor às condições ambientais vigentes.

Nossa **sugestão** seria que, no futuro, se sugerisse aos participantes certo embasamento necessário.

3. **Reunião dos Coordenadores dos Setores da CRB — Curitiba: 04 de março.**

Esta primeira reunião do ano teve como finalidade a busca de entrosamento da nova coordenação dos Setores e sua função como elemento de liderança. Enfatizou-se prioritariamente a importância da nossa caminhada junto à Igreja Particular: ser presença e testemunho na Igreja de Curitiba...

A Diretoria e o Executivo da CRB-PR insistem na previsão da programação das atividades em sintonia com as prioridades do XI Plano de Pastoral na Arquidiocese e o VI Plano Bienal de Pastoral da Igreja do Paraná.

4. **Encontro das Comunidades Religiosas inseridas nos meios populares.**

Neste 1º encontro, realizado no dia 8 de março, refletimos sobre o tema:

Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus, uma vez que estávamos em plena quaresma. Com muita sabedoria, o explicitador, Pe. Angelo Perin, refletiu conosco os seguintes aspectos:

a) Como ler a história da Paixão?

b) Qual é o interesse que está por trás? (Fio da meada). Perceber Deus atuando ainda hoje na história...

c) Causas da morte de Jesus.

d) O uso das Escrituras: interpretação e critérios.

e) Nossas descobertas.

O grupo participante hauriu muita riqueza destas reflexões bíblicas no plano pessoal, comunitário e eclesial.

5. **PRÉ-NOVINTER (Postulado Intercongregacional).**

No dia 08 de março começaram as atividades do Pré-Novinter, com a dinâmica de entrosamento orientada pelos professores do curso: Irmã Zenilda Petry, FSJ, professora de História da Salvação e Pe. Geraldo Bogoni, CIM — professor de Formação da Personalidade.

O grupo dos 70 postulantes está fazendo sua caminhada nos passos normais do início de sua opção pela Vida Religiosa, refletindo e aprofundando elementos que lhes auxiliem na decisão livre e consciente de sua vocação.

6. **Encontro Bimestral de Formadores: 25 de março.**

Com a presença de 42 Formadores o 1º encontro de 1982 realizou-se, como de costume, no Ahu — Provincialado das Irmãs da Divina Providência. Sob a orientação, digo, coordenação do Irmão Arno Bonfleur, iniciou-se com uma breve oração pedindo a proteção de Maria, para que todos pudessem acolher a

Palavra de Deus, manifestada na vida e nas reflexões do dia, sob o tema: **O Religioso Hoje e a Formação.**

O conteúdo foi apresentado pelo Pe. Pedro Sallet, SJ, baseando-se nos textos: "Presente e Futuro da Vida Religiosa no Brasil" — Pe. Carlos Palácio e "Formação: Processo Integral e Integrador do Desenvolvimento Pessoal" — Pe. Jaime Sullivan.

Na explanação foram destacados alguns pontos importantes: a) A necessidade de passar de uma Vida Religiosa em — si e para — si a uma Vida Religiosa estruturada a partir da missão. b) Como esta nova figura da Vida Religiosa se torna um desafio vital para o processo de Formação Inicial e Permanente.

Após a explicitação o assunto foi aprofundado nos pequenos grupos, refletindo sobre as perguntas: 1. Você, Formador, como sente esse problema da nova identidade da Vida Religiosa? 2. Quais as conseqüências no processo de Formação?

Encerrou-se o dia de reflexão com a partilha em plenário, onde se sentiu a necessidade de continuar, em outros encontros, o aspecto do desafio vital que esta nova Imagem da Vida Religiosa faz ao processo de Formação.

7. Encontro dos Coordenadores dos Núcleos Arquidiocesanos e Diocesanos e dos Setores da CRB de Curitiba.

Nos dias 17 e 18 de abril realizou-se o Encontro Anual dos Coordenadores dos Núcleos e Setores, com o objetivo de intensificar a "Comunhão e Participação" nas Igrejas Particulares do Regional, sob a coordenação da Diretoria e Executivo da CRB-PR.

Após a espiritualização, Pe. Pedro Sallet iniciou com uma reflexão sobre: "a nova imagem da Vida Religiosa".

Trata-se de perceber que há uma inadequação entre o "ideal" da Vida Religiosa e suas figuras concretas. Isso exige uma renovação. Essa renovação supõe que: 1º a Vida Religiosa seja um processo (portanto não pode ser absolutizada) e 2º a distância entre o apelo de Jesus Cristo e a resposta, pode ser pecado.

Isso exige uma releitura da Vida Religiosa. Deve-se renunciar de fazer da V.R. uma grandeza-em-si e para-si-mesma. Mas que ela seja estruturada a partir da **missão**. Missão não como "tarefa" (educação, enfermos, asilos, orfanatos, apostolado, etc...) mas missão como "envio", como projeto de vida.

O dilema que enfrenta hoje a Vida Religiosa é saber se vai continuar considerando-se como grandeza absoluta e válida em-si-mesma e para-si-mesma, ou se aceita rever sua identidade a partir dos apelos que lhe vem de fora. A primazia da missão para a Identidade da V.R., ajudaria a sair de um "reformismo" que não chegou a fundo na renovação-ad-intra; mas daria uma NOVA IMAGEM, uma NOVA FIGURA de Vida Religiosa; porque toda a estruturação (vida espiritual, vida comunitária, votos, formação, etc...) seria feita a partir da MISSÃO e em função dela. Depois da exposição tentou-se, em grupo, um aprofundamento e possíveis questionamentos, seguido pelo plenário e respectivos esclarecimentos.

Na parte da tarde, D. Ladislau Biernaski abordou, em panorama, o último encontro dos Senhores Bispos em Itaipó e suas implicâncias.

No tempo que ainda restou houve a apresentação dos relatórios dos respectivos Núcleos e Setores. Encerrou-se o dia com a Celebração Eucarística. No dia 18, após a oração matinal, continuou-se a apresentação dos relatórios bem como a programação de 1982. Encerrou-se o encontro com a Celebração

da Santa Missa em ação de graças por todo o bem que os Núcleos e Setores realizam nas Igrejas Particulares no Paraná.

8. Encontro: O RELIGIOSO EDUCADOR: 23 a 25 de abril.

Os Presidentes da A.E.C. e C.R.B.-PR deram abertura ao Encontro por sua palavra de saudação e acolhida aos participantes. A orientação geral coube ao Pe. Raimundo Kroth, SJ que iniciou os trabalhos com uma técnica bastante rica e eficaz de entrosamento. A seguir apresentou brevemente o objetivo dessa programação: refletir e aprofundar o SER RELIGIOSO e não tanto o fazer educação nas Escolas.

Como ponto de partida — focalizando o Ser Religioso — foi apresentado um painel de questionamentos que serviriam de aspectos a serem refletidos no decorrer dos trabalhos:

— Consciência de educador religioso: sou educador ou sou religioso?

— Como fazer desabrochar o ser? Como vivenciar a mediação para crescer no ser?

— O que nos orienta, no fundo, a ideologia ou a evangelização?

— Há clareza entre a atividade e a missão? Há coerência entre o que fazemos e como o fazemos?

— O que prevalece na nossa educação: o testemunho, o sinal ... ou a eficiência?

— Que tipo de Jesus nós seguimos e anunciamos?

— Que imagem da Vida Religiosa temos ou apresentamos?

— Temos medo da verdade: a avaliação é superficial cujos frutos são planos, frágeis e muito pobres.

A partir dessa interpelação destacou-se os seguintes pontos para o aprofun-

damento: 1. Na prática, que sinais concretos me **identificam** como religioso? 2. Na prática, o que constatamos? Qual a NOVA FIGURA do Religioso? Leitura e estudo do subsídio: "Presente e Futuro da V.R. no Brasil". 3. A lógica da Prática Educativa de Jesus Cristo (quadro sintético). 4. Que sinais de avanços e que dificuldades podemos constatar na prática do dia-a-dia no esforço de ser Religioso Educador? 5. Que desafios se põem para nós Religiosos Educadores?

Com a execução efetiva dos participantes os cinco aspectos foram abordados com os devidos esclarecimentos e partilha nos plenários, ficando o pedido de serem promovidos mais desses encontros pela AEC e CRB-PR.

9. REFLEXÃO TEOLÓGICA SOBRE PROMOÇÃO VOCACIONAL.

Sob a orientação sábia de Irmã Maria Carmelita de Freitas, FJ — membro do Executivo Nacional da CRB e a participação de cerca de 50 Promotores Vocacionais, advindos de várias cidades vizinhas e de Curitiba, realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de maio, um Encontro de Reflexão Teológica sobre Promoção Vocacional.

Como diz o Antônio (participante) no tocante a este assunto muitos se sentiam como "cachorro caído de caminhão de mudança" (completamente perdidos!...) Mas o Encontro nos alertou e incentivou para um trabalho conjunto numa Pastoral orgânica, vinculada profundamente aos interesses do Reino. Obedecendo ao método: VER, JULGAR e AGIR trabalhamos com afinco e entusiasmo sobre o tema: PASTORAL VOCACIONAL.

VER — Com a partilha de experiências das diversas realidades ali representadas, constatamos os seguintes problemas: o isolacionismo, o recrutamento e a não articulação. Ressaltou-se que é preciso considerar VOCAÇÃO, vista em sentido amplo, diversidade de ca-

rismas, o papel da comunidade, o lugar da família, a conscientização da comunidade eclesial e a tentativa de novos caminhos a partir da realidade.

JULGAR — 1. Panorama da situação vocacional hoje no Brasil: — Percebemos uma retomada depois de um período de crise (numérica). — Dificuldades que enfrentamos: geográfico-demográfico-históricas; conjuntura eclesial: nova eclesioologia, novos modelos de Igreja, mudança do lugar social: a crise de Identidade da Vida Religiosa. — Problemas referentes aos jovens vocacionados: a) — A procedência das vocações (vocações populares). b) — Motivações Vocacionais (às vezes influenciadas pela crise atual). c) — Pedagogia da Pastoral Vocacional Inadequada.

2. Fundamentação Bíblica da diversificação de carismas, de vocação no seguimento de Jesus: **todos são convidados** — a multidão (Mc 3,7); os “pecadores” (Mc 2,15); algumas mulheres (Lc 8, 2-3); alguns para identidade de destino com Ele (Lc 9, 57-58); alguns para identidade de missão (Lc 10) e outros para uma comunhão de vida, destino e missão (Mt 10, 1-5).

3. Discernimento Vocacional: Foram analisados os seguintes aspectos: idade, capacitação e maturidade, família, aptidões, motivação, personalidade e patologia. Salientou-se também algumas técnicas de discernimento comunitário e individual. “A atitude básica e fundamental do discernimento é a **HUMILDADE**”.

AGIR — Aplicada a técnica da montagem de um quadrado, descobrimos algumas exigências de um Planejamento: 1. Comprometimento de todos. 2. Articulação entre os membros. 3. Conhecimento da realidade e aplicação na própria realidade. 4. Participação das bases na elaboração do Planejamento.

A 2ª técnica — “Viagem às estrelas” — ilustrou com uma clareza impressio-

nante o sistema estrutural injusto e qual a nossa atuação para a construção de uma sociedade fraterna. “Tudo isso tem muito a ver com Pastoral Vocacional...”

Depois do levantamento de nossa realidade; da análise de fatos, partimos para um Planejamento, levando em consideração os itens:

1. A necessidade da conscientização da comunidade Eclesial.

2. A importância da Pastoral Vocacional orgânica.

3. A formação contínua, também dos Promotores Vocacionais.

4. A participação conjunta em T.V., por faixa etária, com a presença dos diversos representantes das Dioceses, de Clubes Vocacionais, de Semanas Vocacionais, Horas Santas Vocacionais e Festivais Vocacionais.

5. A necessidade de um trabalho de discernimento bem feito.

6. A importância de um trabalho com as famílias dos vocacionados e até uma preparação dos familiares para as Festas Religiosas.

7. O auxílio de subsídios de orientação, a nível diocesano.

8. **É urgente:** — abolir o recrutamento de vocações sem discernimento; — abolir a Promoção Vocacional isolada da Pastoral orgânica; — evitar de tirar o adolescente de sua família muito cedo, prejudicando assim o desenvolvimento normal de sua maturidade pessoal; — dar espaço para o conhecimento de outros carismas.

Ao fazer este resumo, cremos ter deixado passar muitas idéias importantes em sentido de conteúdo e de mensagem, mas uma coisa foi muito forte em nós: **PRECISAMOS TRABALHAR UNIDOS. “PASTORAL VOCACIONAL SEM INSERÇÃO NA PARÓQUIA E DIOCESE, É FURADA!”**

CRB — BELO HORIZONTE

CAMPANHA

“QUEM ME CONTEMPLA ME CONSOLA”.

Vivendo na alegria e na certeza da Ressurreição do Senhor, a Coordenação volta aos trabalhos na Diocese de Campanha, organizando o primeiro encontro de religiosos(as) em 82, previsto para o dia 25 de abril no Colégio Santo Inácio em Baependi.

De acordo com a programação, 38 religiosos de 08 Congregações, dos setores Sul e Leste, se reuniram para um momento forte de meditação sobre a Sagrada Face. A duração foi de 03 horas incluindo reflexão, slides, diálogo, informações, lanches e confraternização.

Dr. José Viotti foi o orientador.

Programação futura: Setor Sul — no dia 23/05. **Setor Leste** — no dia 26/06. Contemplando a Sagrada Face, a suprema obra de arte, pensamos em Cristo ressuscitado e acontece o EU e TU.

CARATINGA

No dia 21/04/82, o Núcleo Diocesano da CRB de Caratinga realizou mais um encontro. Foi o primeiro dos dois programados para 1982. O local foi o Colégio das Irmãs Carmelitas da Divina Providência. Fomos acolhidos e tratados com muito carinho e alegria fraterna.

Contamos com a presença de 44 religiosas e 22 religiosos. Padre Paulo Dias Barbosa, SDN, Mestre de noviços, fez uma colocação excelente sobre “O Seguimento de Jesus Cristo”. A dinâmica envolveu palestra, grupos, plenário, entrosamento e Celebração Eucarística.

O Conferencista insistiu: “A VR se caracteriza pela busca contínua do essen-

cial, pelo seguimento de Jesus Cristo que nos chama à fraternidade, ao serviço aos irmãos. Na VR o marco referencial é sempre Jesus Cristo pobre, casto, obediente, comprometido com o povo. **Seguir Jesus Cristo Hoje:**

— Implica um projeto de vida e opções concretas.

— Envolve a escolha de um caminho.

— Nos coloca frente a frente com as exigências da realidade da América Latina, do Brasil, da Igreja, da região e de nossa Congregação.

Buscar o Cristo Concreto hoje é trazer à mente a **Cruz** (Cristo histórico) e a Ressurreição (o caráter escatológico). Conf. Puebla (585)”.

Terminando, constituiu-se a **equipe central** de coordenação: **Presidente** — Irmã Aparecida Arantes, F.C. **Secretária** — Irmã Genira do Carmo Silva, C.D.P. **Tesoureiro** — Frei Francisco Bécchini, O.C.D.

O próximo encontro será em Carangola, no Colégio das Irmãs Servas de Maria.

DIAMANTINA

Em 25/04/82, foi realizada a 1ª reunião de religiosos(as) na Diocese de Diamantina. Os participantes foram em número de 36 contando também com a presença de D. Geraldo Magela Reis, que mui entusiasticamente incentivou a formação do Núcleo Diocesano.

O grupo iniciante refletiu sobre o que é **CRB**, o que faz, desde **quando existe**. Em caráter provisório foi eleita a diretoria: **Presidente** — Irmã Therezinha Madureira, F.C. **Secretária** — Irmã Lenira, F.M.I. **Tesoureiro** — Padre Caio, V.D. **Eventual** — Irmã Maria de Fátima Barbosa, F.C.

O próximo encontro será no Serro, em agosto, data a ser fixada. A reunião foi

encerrada com a Celebração Eucarística presidida pelo Sr. Arcebispo, onde juntos, agradecemos a Deus a nossa vocação expressa em seus diversos carismas, porém unidas num mesmo trabalho eclesial.

UBERABA

O Núcleo de Uberaba funciona de acordo com um plano previamente elaborado e aprovado em Assembléia Geral: **Plano para o primeiro semestre:**

1. Meses de fevereiro e março — CF/82. Abril, maio e junho — CEBs. A Coordenação e exposição do tema ficam sob a responsabilidade da comunidade onde se realiza o encontro.

2. **Formação Intercongregacional — etapas iniciais.**

Postulantes e noviços de ambos os sexos se reúnem em todas quartas-feiras para uma caminhada comum. Fundamentam estes encontros refletindo sobre os temas: A VR e seus fundamentos bíblicos, formação humana. Uma equipe coordena os trabalhos. A formação das etapas iniciais se faz, cada vez, em uma comunidade diferente com o objetivo de encontrar cada vez mais as famílias religiosas através do conhecimento mútuo e da amizade.

TEÓFILO OTONI

Convoca seus religiosos para a primeira reunião do ano, prevista e realizada nos dias 20 e 21 de abril p.p. Temas para reflexão: **Educação, Fraternidade e Vida Religiosa.**

A coordenação diocesana está assim constituída: Irmã Clara Maria Mattar — Clarissa Franciscana. Irmã Miguelângela Bosco — Luízinha. Irmã Eleonora Capponi — Nossa Senhora das Neves.

MARIANA

As Irmãs Salesianas, residentes em Cachoeira do Campo, MG, acolheram as

religiosas das cidades vizinhas da Diocese de Mariana e coordenaram o primeiro encontro do ano. Compareceram 37 religiosas de sete Congregações. Os trabalhos foram das 13 às 17:00hs do dia 17/04, abrangendo acolhimento, oração, palestra e tempo de confraternização.

O tema refletido foi: **O Caráter da Vida Religiosa**, apresentado de maneira agradável e profunda pelo Pe. Jaci Côgo, SDB. O Conferencista salientou alguns aspectos importantes que sempre devem marcar a VR: **contestação e testemunho evangélico** sustentado pelo **tripé dos votos**. Salientou ainda que somos sobretudo **FUTURO, PLANTADORES**, vivendo entre o **relativo** e o **ABSOLUTO** que é só **DEUS**.

A CRB-BH, se fez presente através da Secretária Executiva, podendo, assim, constatar mais uma vez a riqueza de uma caminhada de conversão.

LEOPOLDINA

A CRB — Núcleo da Diocese de Leopoldina, realizou a 21/04 o 1º Encontro de Religiosos em 82, no Colégio Imaculada. Compareceram 11 religiosos e 40 religiosas. D. Geraldo Reis orientou, refletindo com o grupo sobre o documento "Solo Urbano".

Após a palestra fez-se a eleição da nova coordenação da CRB Diocesana, ficando assim constituída: **Presidente** — Padre Estevão Weijers, MSC (Além Paraíba). **Tesoureira** — Irmã Júlia Cabór, CSM (Muriaé). **Conselheira** — Irmã Julieta A. da Costa, P.G. (Visconde do Rio Branco). **Conselheira** — Irmã Verônica Sebastianne Araújo (Leopoldina). **Secretária** — Irmã Maria Andréa de Oliveira (Além Paraíba).

Aguardamos outra oportunidade para fazermos a programação ainda para 1982.

ENCONTRO DE RELIGIOSOS EM POUSO ALEGRE:

Mantendo sua determinação de levar os serviços da CRB Regional Leste II até os religiosos do interior de Minas e Espírito Santo, a Diretoria Regional está incentivando as reuniões de religiosos nos núcleos diocesanos. Como resposta a essas iniciativas da diretoria, celebrou-se também em Pouso Alegre um encontro que contou com a participação de 32 religiosas, de várias cidades da Arquidiocese.

Como a data escolhida foi o dia 09 de maio, dedicado às mães, percebeu-se logo que o encontro não poderia contar com um grande número de religiosas e, por ser domingo, seria inevitável a ausência dos religiosos da Arquidiocese. Para tema de reflexão foi escolhida a Encíclica de João Paulo II — "Libertador do Homem" — especialmente as passagens que constituem um compromisso apostólico para os religiosos.

Os grupos trabalharam com interesse e no plenário, que pôde contar com a presença de D. José D'Angelo, Arcebispo Metropolitano de Pouso Alegre, foram apresentadas e discutidas as carências que impedem ao povo de ser plenamente liberto em Cristo, o que poderia ser feito pelas Congregações e quais as experiências significativas em curso na linha da plena libertação. Ao se encerrar esse encontro do núcleo diocesano de Pouso Alegre, pode-se esperar com certeza que as atividades da CRB continuarão cada vez mais intensas e abrangentes. É o que faz pensar o interesse e o dinamismo do grupo que lidera os religiosos do núcleo.

NOROESTE

A região **Noroeste** da Arquidiocese de BH, previu a dinamização da VR, em 04 núcleos menores de acordo com os Bairros. Cada núcleo organizará o programa/82 atendendo às possibilidades e in-

teresse das comunidades locais. Programou também dois encontros anuais agrupando os 04 núcleos. O primeiro será no dia 12/06/82.

No dia 13/04 o núcleo — **Nova Granada, Calafate e Betânia** — reuniu no Colégio da Piedade, Calafate, os religiosos residentes nos Bairros citados. O encontro foi bastante informal, de confraternização, celebrando a esperança nos encontristas através de uma Eucaristia bem participada. Constituíram a coordenação: Padre Célio Dell'Amore, C.M. Irmã Débora Miquel, N. S. da Piedade. Irmão José Manoel Pires Alves — Marista. Irmã Lúcia Helena Dias, Prov. de Gap.

NORDESTE

No dia 25/04 foi realizado o segundo encontro de religiosos(as) desta região, no salão Paroquial da Igreja do Horto, das 15 às 18:00 hs. Compareceram 38 religiosas das 14 Congregações residentes ali e também o Vigário Episcopal Pe. Sebastião Roque.

Irmã Ilma Duarte Martins, Coordenadora Geral das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, expôs para o grupo o tema: **Aspectos da Evolução da Vida Religiosa Após o Vaticano II, Medellín e Puebla**. Em sua exposição focalizou os seguintes pontos: Tipo de Formação — Experiência de Deus — Vida Comunitária — Missão Apostólica — Votos: Expressão Concreta da Vida Religiosa.

O encontro se realizou num clima alegre, fraterno, de comunicação e participação. A próxima reunião do grupo ficou marcada para o dia 20/06 no mesmo local.

CENTRO-SUL

Realizou-se, no dia 13/04 no salão da Igreja da Boa Viagem, o 2º encontro de religiosos(as) da região **Centro-Sul** das 20 às 22:00 hs. Apesar da forte

chuva, 42 estavam presentes, mostrando grande interesse. D. Arnaldo Ribeiro, Bispo Auxiliar de BH já muito amigo e relacionado com as deligiosas, orientou a reflexão daquela noite.

De início, deu sua palavra de **incentivo e apoio** ao grupo nascente, mostrando-se muito feliz com o convite e também por estar junto de nós. O assunto proposto foi o documento nº 23 da CNBB, recentemente editado — **SOLO URBANO E AÇÃO PASTORAL**. Com sua grande capacidade de síntese, D. Arnaldo nos deu, dentro do tempo previsto, uma visão global do documento salientando:

O documento é feito em três partes: **VER — JULGAR — AGIR**. 1ª parte — **VER**, propõe apresentar e analisar alguns aspectos do solo urbano e a dinâmica de sua apropriação. É a urbanização. 2ª parte — **JULGAR**, apresentação de alguns critérios para uma reflexão ético-teológica. É a visão cristã da cidade. 3ª parte — **AGIR**, sugestão de pistas inspiradoras para a ação pastoral.

As 42 participantes ficaram com a responsabilidade de estudar bem o documento e partir para uma **ação fraterna de partilha**. No momento certo D. Arnaldo encerrou o estudo com uma oração. **Agradecidas, partimos.**

VENDA NOVA

A região vai em bom caminho. **Parabéns**. Um alô do Vigário Episcopal Pe. Pierluigi (Pigi), atinge as Congregações da região, levando-as a se deslocarem para um entrosamento, confronto e seleção de valores na VR. Para todos(as) o caminho é este: sair de si, ver, voltar, dobrar-se sobre si mesmo e provocar uma ressurreição. Em 29/05 realizou-se a 2ª Confraternização sob a orientação dos Padres: Pigi e Faliero Bonci, Presidente da CRB-BH. O encontro deu oportunidade para informações, notícias,

confraternização, partilha e séria reflexão sobre a Encíclica de João Paulo II: **"REDENTOR DO HOMEM"**. Uma equipe de coordenação ajudará a VR desta região a caminhar com os próprios pés.

ENCONTRO DE FORMADORES

Realizou-se, nos dias 23, 24 e 25 de abril, o Encontro de Formadores, promovido pela CRB — Regional Leste II. Os trabalhos iniciaram-se com a parte de dinâmica orientada pelo Ir. Gentil Paganotto — Marista. Prosseguiram-se os trabalhos relacionados diretamente com a Formação, dirigidos pelo Padre Carlos Palácio, SJ. Participaram do Encontro 66 formadores, de 39 Congregações.

A reflexão foi alicerçada em um relatório feito anteriormente pelos formadores, **material básico inicial**. Das primeiras reflexões surgiu uma síntese focalizando quatro elementos: **"FORMADOR — FORMAÇÃO — FORMANDOS — FORMAÇÃO/PROVÍNCIA"**. Assim, os problemas foram recebendo nome e surgindo também outros porquês:

— Definição da identidade da Vida Religiosa a partir das duas coordenadas: eclesial e social, importância de uma estrutura interna, concepção de formação, necessidade de **"ruptura"**, de **"distância crítica"**.

Os três dias de trabalho se foram. O grupo falou, assumiu, perguntou, ouviu, partilhou, refletiu, se alegrou e também sofreu. **Nada de recelta pronta**. É preciso caminhar para se descobrir o caminho. Com a Eucaristia de cada dia celebraram a **ESPERANÇA** de, na certa, serem no aqui e no agora, a **MEMÓRIA EVANGÉLICA**.

ENCONTRO DE SUPERIORES

A CRB-BH, teve, neste ano de 82, nos dias 04 e 05 de maio, um momento **especialmente privilegiado** — D. Luciano

Pedro Mendes de Almeida, SJ a serviço de 90 religiosos(as), Superiores(as) Gerais, Provinciais e Conselheiros(as), refletindo sobre a Formação. O pano de fundo foi uma visão bem ampla de Universo, América Latina, Brasil, Igreja/Brasil, Igreja/Estado. **Percebendo** as características **positivas** e **negativas** deste vasto panorama, que pontos devem ter prioridade na ação formativa?

Compartilhando as buscas e experiências, alguns pontos foram selecionados como importantes: Iniciação Cristã — Vocação de Meio Popular — Experiência de Deus — Diferenças de Mundivisão — Igreja Particular — Identidade da VR — Comunidade Formadora. A formação permanente foi refletida a partir da troca de experiências concretas no decorrer de uma manhã. Carregados(as) de **responsabilidade** mas também de coragem, todos agradeceram e se despediram de D. Luciano. Agora, mãos à obra,

I.S.I.

Com a presença de D. João Resende Costa, Arcebispo Metropolitano e de seus auxiliares, D. Serafim Fernandes Araújo e D. Arnaldo Ribeiro, dos Reitores das Universidades Católica e Federal, um grupo de religiosos — amigos e admiradores da Companhia de Jesus — e o alunos do ISI e os representan-

tes da CRB, foi oficialmente inaugurado pelo Pe. Pitau, coadjutor do Delegado Apostólico Pe. Dezza, a nova Casa de Formação do Jesuítas, no Brasil. Rodeado pela luzente comunidade dos Professores e mais de trinta concelebrantes, o Sr. Arcebispo deu a bênção aos vários edifícios do Instituto.

A Eucaristia foi muito solene com a brilhante participação do coral dos teólogo e filósofos. O sermão de D. João foi curto e delicioso. Ato contínuo, após a celebração falou o Provincial Mac Dowel, historiando a longa caminhada que se via coroada de pleno êxito neste instante. Foi muito feliz a sua colocação. Passou depois a palavra ao Pe. Pitau, delegado do atual Geral, enfocando o problema da formação dos jesuítas e suas esperanças para com a nova sementeira.

Tudo terminou com um coquetel e a visita à vasta e bem equipada biblioteca, sendo os convidados acompanhados pelos mestres e luminares da nova casa. Cumprimentamos o novo Reitor, Pe. Tarácio, os Provinciais presentes e o Sr. Pe. Pitau em nome da C.R.B. e deixamos aquele Santuário do saber com tantas estrelas da Companhia de Jesus, certos da grande aquisição para B.H. — Minas e todo o Brasil — deste celeiro de intelectuais e grandes MISSIONÁRIOS que são os Filhos de Santo Inácio. Parabéns. Boas-vindas!

O contato com o povo faz, de fato, bem ao religioso?

A resposta deve ser afirmativa. Atrás da pobreza, do sofrimento, da dureza de uma vida teimosa, o convívio com o povo faz experimentar a surpresa de uma vitalidade humana, criativa e perseverante. É claro que se pode aprender também o vício e o pecado. Com a graça libertadora de Cristo caminha também sempre a dependência de Adão e Eva. O contato com o povo aguça o mistério de Cristo que se fez pobre por nós e ressalta o empobrecimento de quem estava acostumado à sociedade de afluência e à garantia de seus serviços.

CONVIVENDO COM O CONFLITO

*“Não vim trazer a paz mas a espada”, Mt 10,34.
Espada não é jóia para ornamentação pessoal. Espada
é arma a ser manejada. É símbolo de luta.
É sinônimo de audácia e intrepidez. É antônimo
de moleza, de silêncio comprometido,
de acordo mercantilizado, de sossego criminoso.*

Frei Hugo D. Baggio, O.F.M.
Guaratinguetá, SP

1. Na área do conflito

Há coisas e verdades que devemos repisar e re-meditar para que as possamos assimilar e possamos, assim, tornar-se propriedade nossa. Porque só o que “apreendemos” torna-se nosso e só o que é nosso influencia a vida. Afinal, dizia-o já o Cristo, de dentro de nós vêm as coisas ruins, mas de dentro de nós também as coisas boas. Se chego a colocar em mim conteúdos válidos, alimentarão eles meus gestos e comportamentos, bem como minha forma de ver as coisas. Só assim meu procedimento se torna profético, vale dizer, é capaz de anunciar uma verdade na qual eu creio. Ora, a vida religiosa está sempre em processo de evolução, mormente em nossos dias, quando se colhe a impressão de estarmos despertando para um

novo posicionamento do religioso frente à realidade histórica. E quando digo realidade histórica não penso apenas num posicionamento frente ao mundo, mas também frente à própria vida religiosa e frente ao próprio indivíduo e frente a Deus, enfim.

Fora de dúvida, vivemos dias ricos de descobertas e de experiências, mas, ao mesmo tempo, ricos de riscos. Somos como que colocados, sempre de novo, frente a desafios sem número que nascem da realidade e a revelam, despindo-a de fantasias e ilusões, apresentando-a, portanto, numa radicalidade mais crua e mais verdadeira. E à medida que esta realidade se vai esclarecendo, a vocação vivida dentro dela esclarece seus contornos. Percebemos melhor qual nossa posição e seus conseqüentes relacionamentos.

Também, à medida em que individualizamos e conscientizamos estes nossos relacionamentos, detectamos melhor as realidades envolventes das pessoas que nos cercam e começamos a nos interessar (de interesse), isto é, começamos a estar presentes, o que fatalmente nos obriga a tomar posição. E toda posição bem tomada gera problemas, sofrimentos, deslocamentos, desalojamentos, pois começamos a não aceitar certas situações e certas soluções. E quando começo a não-aceitar, já encontro oposição ou me tornei oposição. Entrei, então, na área do conflito. É o terreno difícil e fértil, espinhoso e fecundo dos conflitos, onde se estabelecem as tensões. . .

No fundo, afinal, a área do conflito é o terreno próprio do profeta, daquele que foi enviado para anunciar, para concordar e discordar. Por isso, todo o profeta é incômodo e todo aquele que incomoda recebe, em troca, incômodos. No fundo disso tudo, paira a verdade do Cristo: não vim trazer a paz, mas a espada (Mt 10,34). Ou seja: não uma paz feita de moleza, de silêncios comprometidos, de concessões facilitantes, de acordos mercantilizados, de sossegos criminosos, ou uma paz que é sinônimo de coragem, de confiança em si e em suas possibilidades, de crença em sua tarefa e missão e no chamado, de espírito de luta, pois espada não é jóia para ornamentar um traje de festa, mas instrumento para servir de arma de ataque ou de defesa, pois se Cristo diz que veio trazer a espada, quer dizer que não veio trazer algo inú-

til, mas um instrumento que deve ser manejado.

Não paira dúvida que ser religioso obriga a uma presença desperta e atenta. Os tempos em que vivemos, por sua vez, parecem cada vez mais despertados e tudo parece despertar. E um tal despertar é um convite à luta. Luta que não é outra coisa que um passar em revista posições e tentar adaptá-las às novas exigências. Então dá-se o fenômeno: as exigências de fora pressionam nossa vida interior, num insistente convite a sairmos de nós mesmos. Com o acordar da realidade que nos cerca, acordamos nós também. Tudo acorda. Os que são chamados a repensar a vida religiosa têm sobretudo a função de apontar para estes pontos que vão despertando, mantê-los despertados e com eles os próprios religiosos: daí os que escrevem e os que falam se prendem, de um lado, ao mundo conceitual, isto é, procuram esclarecer conceitos, do outro lado, devem ater-se também ao pensamento situacional, isto é, atacar os relacionamentos que se estabelecem com a situação real, com os problemas que circunscrevem nossa existência e que obrigam nossa vida religiosa a tomar sempre mais jeito de resposta.

Tentando ser resposta, surge o empasse. Porque é como no caso das palavras: saber escolher a palavra certa. A vida religiosa, situando-se no prolongamento do batismo — ou sendo o próprio desabrochar pleno do batismo — enseja todas as condições para que o batizado chegue às últimas conseqüências de seu batismo. E haverá maior desa-

fio que este, plantado no coração mesmo da vocação cristã? Como diz Voillaume, a consagração religiosa transborda a consagração batismal e com isso facilita a realização do batismo, este selo magnífico que o Espírito colocou em nós e impele o cristão às profundezas das riquezas representadas no batismo. Assim, se o batismo, segundo S. Paulo, nos mergulha tão misteriosamente em Cristo que procuramos imitar na vida religiosa e em cuja palavra acreditamos tão fortemente que fomos capazes de o seguir, somos, então, inseridos no corpo místico de Cristo, a Igreja. Donde ao caráter cristológico devemos acrescentar o caráter eclesiológico à consagração religiosa. Somos, pois, levados a uma participação íntima na caminhada da Igreja, não apenas histórica, mas também mística. Por isso, nossa participação nos trabalhos da implantação do Reino e também no cálice do Senhor.

Deus, então, não ocupa apenas **um lugar ou um espaço de tempo** do homem ou minutos ou oportunidades, ou pedaços de vida, Deus invade e se apossa de todo o homem e de todo o tempo do homem. Deus se apossa de tal maneira que leva S. Paulo a dizer: não sou mais eu quem vive. . . Ou S. Francisco: meu Deus e meu tudo. O homem começa a ver Deus em todos e em tudo, mas ainda não atingiu a paz, o sossego. Pelo contrário, pois, a experiência ali está para atestar que então brotam os conflitos em nós e em torno de nós. E a vida se vai fazendo luta, se vai abrindo ao combate, vai sentindo a oposição. A vida dos Pro-

fetas da Velha Aliança torna-se um luminoso exemplo da batalha a que é submetido aquele que aceita o desafio de Deus. Parece que as potências do mal descarregam contra o profeta visível toda sua fúria que não conseguem desfechar contra o Deus invisível que ele representa. No entanto, "oportet me evangelizare" (Lc 4,43): tenho que pregar, que formar, que educar, que anunciar, que denunciar, não apenas para os outros, mas a mim mesmo.

2. Presença educativa

A vida religiosa e o homem religioso podem marcar sua presença ativa em muitos campos e momentos da vida humana. Mas nas linhas que se, seguem gostaria de apresentar apenas o aspecto educativo: o religioso é chamado a formar o Reino e os membros do Reino, educando-os e guiando-os dentro das exigências deste Reino. Ele o faz pelo fato mesmo de ser religioso. Como pode, além do mais, dedicar-se, especificamente, à tarefa educativa em si, abraçando um conjunto de elementos que reforçam sua vida religiosa e a tornam mais responsável no campo educacional e formativo da sociedade, dentro da qual vive.

Educação é um campo muito sério da vida humana que merece, sempre de novo, ser focado e considerado por todos os organismos e instituições que se sentem, verdadeiramente, comprometidas com a humanidade caminheira. Razão porque a Igreja tanto se sente responsável neste campo e, neste ano de 82, a Igreja do Brasil colocou sua Cam-

panha da Fraternidade dentro deste tema, para provocar debates, estudos, considerações e conversões, caso se façam necessárias. Como a vida religiosa se sente dentro destes desafios? Quais os conflitos concretos que surgem à tona, sempre que ela se põe em estado de exame de consciência?

Como insinuamos acima, o fato de alguém se ter feito religioso, assumiu, por isso mesmo, uma tarefa educativa dentro do Reino, pois toda a vida religiosa é um **sinal**. E todo sinal educa. Ela é sinal da chegada do Reino, da instalação do Reino no meio da história. Como também deve expressar a vinda de Cristo, a salvação por ele trazida, sua presença na história e sua volta, a escatologia. Portanto, também dos bens futuros é a vida religiosa uma afirmação, um sinal. Deve ela, pois, ensinar aos homens a se comportar de maneira eterna, dentro de uma realidade passageira. Deve ajudá-los a ter uma visão perene, dentro de horizontes de bens perecíveis, deve ensiná-los a ficar no mundo sem se apoderar dele e sem se deixar apoderar, mostrando por uma vida consagrada a determinados valores que tudo isso é possível. Do religioso se pode dizer o que João Paulo II dizia do sacerdote: "o homem precisará sempre do sacerdote consciente do sentido pleno do seu sacerdócio: que crê profundamente, que professa com coragem a própria fé, que reza com fervor, que ensina com profunda convicção, que serve, que realiza na própria vida o programa das bem-aventuranças, que sabe amar desinteressadamente, que está

ao lado de todos e, em particular, dos mais necessitados" (1). Numa palavra: o mundo precisa de homens de ações transformantes, de gestos e realizações transformadoras. Mas, não esqueçamos, ele se beneficia também da presença transformante de um homem. E depois: fica muito difícil ser homem transformante, sem ter sido antes homem transformado.

Num dos nossos grandes diários, um articulista atribuía os desvarios do mundo presente a duas grandes causas: desprezo e negação de Deus e adoração dos ídolos: dinheiro, poder e sexo (2). Ora, os religiosos com sua consagração a Deus rebatem a primeira grande causa: o desprezo de Deus e com os três votos combatem a segunda grande causa: a adoração dos ídolos, pois ao dinheiro opõem a pobreza, ao poder opõem a obediência, ao sexo opõem a castidade. É uma tentativa de pôr as coisas em seus devidos lugares, e, quando as coisas estão no lugar, reina a paz, mas até lá deve o religioso enfrentar os conflitos que desta tentativa nascem, numa sociedade de valores tão díspares, violentamente fortes para abalar convicções. Há, pois, uma enorme atualidade em nosso ensino vivencial, uma vez que o oposto que vivemos anda desgraçando o mundo, então o oposto que desgraça o mundo deveria salvá-lo. E este "oposto" está conosco. A vida religiosa se torna, então, um sinal de bens eternos em meio a um mundo desnorteado pelo exagerado apego ao passageiro, apego mal digerido e mal experimentado, porque está fora de foco o ponto de chega-

da que se busca. Só que estranhamente: quanto mais o mundo precisa de uma pregação esclarecedora, neste particular, mais difícil se torna pregar. Ali um grande desafio. Porque, se o grande mundo está prostrado diante dos grandes ídolos e por eles se está deixando devorar, não significa que o perigo não ronde o acampamento dos consagrados e não só ronda, como penetra fundo, por vezes, em seus territórios, turvando às águas e fazendo sérios estragos, porque nada silencia tanto uma pregação e anula seus benéficos efeitos quanto a incongruência e incoerência do pregador. Daí a grande exigência de termos uma vida clara, de maneira que os homens possam ver, através desta vida que levamos, a verdade que abraçamos. E aqui nasce outro conflito: a transparência. Somos, por vezes, um sinal ambíguo. Se o sinal não é claro, não o são também as fulgurações. Se a base da Campanha de 82 é a “verdade vos libertará”, então o processo educativo deve levar-nos à busca da verdade, ou seja, deve nos levar a ser verdadeiros. Não aponto a verdade sem ser verdadeiro. Afinal, esta verdade é plano de Deus. À medida que busco a verdade, busco saber o que é que Deus quer de mim. Este querer de Deus é a verdade. Deus me quis como na vida religiosa? Este querer de Deus em mim é a verdade que de mim ele quis. Tendo-a encontrado estou em condição de sinalizá-la aos outros.

Verdade, plano de Deus, libertação... termos que se casam e se conotam. Um ligado ao outro. Peri-

gos também, pois se podem tornar meros condicionamentos intelectuais: posso desposar uma idéia e combater um sistema ao qual sou, ao mesmo tempo, tributário pelo meu comportamento. Porque, por quanto que educação quer englobar todas estas realidades, pois quer ser o processo ou a totalidade dos processos que ajudam a descascar a realidade envolvente, a separar os componentes, a sanar as partes feridas, a aproximar os componentes dispersos e refazer o todo desintegrado, mas tudo à luz dos verdadeiros valores. A educação quer “formar”, isto é, fazer aparecer homens, ou uma classe de homens, com uma mentalidade mudada, com uma visão clara. Esta visão ajuda a ver o certo e o errado e leva a tomar posição. Porque, ao que parece, muitos são os homens que enxergam a situação, que a detectam — e até muito bem — dentro do panorama complexo do nosso momento, mas os que se empenham, na sinceridade, por fazer algo, são em número bem menor. Porque tomar parte numa reforma exige uma atitude de doação que raia ao heroísmo e não sei se estamos prontos para tanto. Não estará aqui outro dos nossos conflitos: a falta de consequência entre o que observamos e as atitudes que assumimos?

Educar é evangelizar e vice-versa. Daí, o entusiasmo pelo Evangelho se transfere à ação educativa. Já, hoje, não centramos mais a educação numa escola de confissão católica, por exemplo, já chegamos a ampliar a capacidade educativa e formativa: a presença da Igreja com

seu Evangelho é mais vasta, pois, está presente nos educadores, sejam os educadores natos, os pais, sejam os educadores delegados, os professores, pois, caso contrário, a faixa atingida fica tremendamente restrita. Aqui se planta mais um conflito: a ideologia reinante. A educação deve ajudar o homem a se libertar, ou seja, a encontrar sua própria identidade. Mas se esta identidade lhe é imposta a educação não é mais libertação, é alienação. Nossos dias, desgraçadamente, estão prenhes de ideologias e a pior delas é justamente a tentativa de formar a pessoa segundo um projeto que interessa às classes dominantes, que tentam manipular os sistemas de ensino, manipulando, ao mesmo tempo, o homem que é atingido por este sistema. Por isso, nosso anúncio está tão correlato à denúncia e, por vezes, por força das circunstâncias e por pressão dos acontecimentos, é tragado por ela. Então, a educação, por estranho que pareça, pode ser responsável pela conservação de um estado de coisas, que não condiz com o ideal que abraçamos. Portanto, à semelhança da Igreja, na vida religiosa, os conflitos têm seu nascedouro não no interior da comunidade, mas nos conflitos sociais envoltivos.

Por isso, a presença do religioso amplia sua força de atuação, em nossos dias, quando aprendemos que o espaço físico da educação evangélica não se restringe aos espaços próprios nossos, mas se deve dirigir a todos os espaços que concentram pessoas, no sentido de ajudá-las a se libertarem de processos

ideológicos favorecidos e alimentados por classes, que impõem seus pontos de vista de valores, de concepções, de modos de vida, de aspirações e formas de atingir estas aspirações, do valor do próprio homem e de seu relacionamento com Deus. Daí nossa presença pode acontecer nas CEBs, nos grupos de juventude, nos movimentos de casais, nas associações de classe, e também em outros agrupamentos que, por vezes são deixados de lado como que superados, mas que no seu bojo guardam muitas energias latentes, adormecidas não porque elas perderam o valor, mas porque os cultivadores acharam que elas os perderam... Nossa presença se torna sempre mais educativa, n o s s o modo de agir se torna sempre mais processo educativo. Eis uma das nossas funções: participar pela presença, ainda que esta presença se conflite com toda a estrutura armada em torno de mim ou, talvez, dentro de mim...

3. Ação educativa

Religiosos há que além desta forma generalizada de ser educador, abraçam a tarefa educadora como primordial em seu serviço. Radicalizam, assim, sua consagração no ensino, assumindo-o evangelicamente, dentro da Igreja, diante da Igreja, junto da Igreja, como tarefa específica. Dão, com esta escolha, à sua existência, uma conotação especial. Realizam, sem dúvida, uma inclinação pessoal, mas, ao mesmo tempo, dão resposta a um chamado do Senhor que, na sua sabedoria e misericórdia, costuma preencher os vá-

rios ministérios com pessoas que dizem sim ao seu convite, por vezes desafiante. Esta escolha, aliás, está de acordo com a consagração, uma vez que pela consagração colocamos à disposição da comunidade tudo o quanto possuímos de dotes, de bens e de dons: a comunidade na qual nos inserimos e, por ela, a comunidade da Igreja. O documento da CLAR sobre o Religioso Educador sublinhava o valor da comunidade, em duas dimensões: elemento ao qual nos doamos e elemento no qual nos apoiamos: “é muito importante que uma comunidade empenhada em tarefas evangelizadoras educativas aprofunde suas relações interpessoais na fé e na caridade, na confiança e na sinceridade, no respeito e na aceitação mútuas. Só assim estas relações permitirão o gozo e o enriquecimento do diálogo, o crescimento e a maturidade afetiva, a revisão e autocrítica, o discernimento comunitário, o estímulo e toda iniciativa, o esforço válido no âmbito da mesma vida comunitária e na tarefa educacional” (3).

Portanto, um grande conflito está dentro da própria casa, espreitando-nos e lançando-nos pedrinhas no caminho, uma vez que o primeiro passo na tarefa educadora é formar uma comunidade tão harmoniosa e consciente, que dele brote tamanha riqueza comunitária. . . Ao lermos as qualidades enumeradas para uma comunidade de educadores, tomando-a em seus relacionamentos, quer ad intra, quer ad extra “com todos os que trabalham nas mesmas tarefas apostólicas educativas e, de modo especial, com a

Hierarquia local por razões de unidade e de pastoral de conjunto” ou quer nos relacionamentos consigo mesmo como religioso que “dinamiza seu diálogo com o Senhor através dos votos religiosos”, então, eu sinto que o conflito cresce, tão perto de nós, tão junto de nós, tão dentro de nós, impondo-nos, como ponto de partida, para poder ensinar, uma reforma nas nossas comunidades que abrigam educadores e educadoras: convertermo-nos em verdadeiras comunidades educadoras! . . . E quem de nós desconhece o peso do trabalho e a soma de dificuldades, quando a reforma deve começar em casa? Porque, aqui devemos passar do verbalismo à ação concreta, que deixa marcas por onde passa.

E na linha do falar, penso que podemos detectar um outro conflito que nos atormenta. Ouvindo palestras, tomando parte em debates, participando de círculos ou cursos, lendo artigos ou dissertações e mesmo livros, fica-se com a impressão que falamos linguagem ambígua, isto é, nem todos tomam a palavra com o mesmo conteúdo e a aplicam ao mesmo fenômeno, ou seja: as palavras não têm sentido uniforme para todos. Antes que uma linguagem dupla, existe, talvez, um vocabulário ambíguo. Pessoas ou grupos, dentro da mesma comunidade, parecem assumir as palavras com sentido diverso e com conseqüências, naturalmente, diversas, na aplicação, o que vai influenciar o clima comunitário. Porque a confusão que nossas palavras geram e suas conseqüências, forçosamente, se vão refletir sobre nossos comportamentos, fa-

zendo com que os relacionamentos se tornem conflitivos.

Então, ali, em plena seara, onde somos convocados a trabalhar, de mãos dadas, vai nascendo a divisão. No interior mesmo de nosso acampamento nascem os conflitos. Com o lembra o P. Libânio: "Quanto aos conflitos advindos de conversas e discussões, os institutos religiosos tinham criado suas normas defensivas. Desde o tempo de S. Inácio, p.e. vigora uma regra de não introduzir nos recreios assunto de guerra entre as nações. Em muitas comunidades, o tema das opções políticas nacionais ou internacionais transformou-se em tabu, para evitar tensões. Por outro lado, torna-se, cada vez mais difícil contornar os conflitos criados de posturas e comportamentos referentes aos embates ideológicos da sociedade. E mais delicado ainda é o problema quando alguns religiosos, por causa de suas posições administrativas de colégios, universidades ou outras obras, têm de assumir posturas de caráter nitidamente ideológico, com as quais outros irmãos seus não partilham e são obrigados pela força dos fatos a ter que tomar posição. O conflito está instalado no interior da vida religiosa..." (4). O conflito pode criar posições radicais: fechar colégios e universidades porque alimentam situações dominadoras? Partir para outra? O que ensina Puebla? Quantos modos de ler Puebla... E as opções de Puebla? Uma apenas ou várias opções? Será que os que gritam tanto, estão tão engajados assim? Será que não há engajamentos tão condicionantes que reduzem

a visão a um horizonte estreitíssimo, a ponto de querer fazer o gigante caber na cama do anão? Não resta dúvida: não basta leitura e entusiasmo para aplicar a revelação do Espírito. Precisa-se de um real conhecimento, de um sossego suficiente para assentamento das coisas e uma caridade imensa que reconheça direitos no outro também. Ceifar no escuro é um risco muito sério, pois, Cristo pedia já esta prudência, em pleno dia, aos ceifadores, quanto mais na obscuridade do momento. Ceifar é uma arte...

Há os que partem para outra. Aqui outro conflito. Os que, movidos pelo Espírito, partem das estruturas tradicionais para dar início a novas atividades, como poderão escapar ao julgamento de rebeldia, de desobediência, de exotismo, de mania e o que fazer também para não transformar estas saídas em fugas de adolescência retardada? Não é difícil cometer incongruências: a gente quer fugir de um sistema que oprime e se torna opressor, variando apenas nos métodos. A gente pretende evangelizar e educar o povo no sentido de fundir e somar forças e não de impor a nossa "força", ainda que a rotulemos de "libertadora ou esclarecida". A humildade e a lucidez são virtudes fundamentais que adoçam nossos comportamentos e provocam mudanças em nós mesmos, porque enquanto não acontecerem certas mudanças pessoais, fica difícil levar e exigir mudanças. Só as mudanças individuais conseguem produzir mudanças comunitárias. Então, se torna verdade e não demagogia, o que se ouve

com muita freqüência: com o povo se aprende muito, com o povo começa-se a ser verdadeiramente religioso. É a boa renovação que vai entrando e fazendo, não raro, renascer, na comunidade, um ideal um tanto esfumaçado já e, por isso mesmo, distanciado do carisma primitivo. A datar esta vida comunitária assim como está ela grudada em nós aos moldes das novas exigências um conflito que reclama clareza e coragem, para que uma falsa ótica, ou ótica falseada, não introduza elementos corrosivos e mortíferos até na engrenagem da comunidade por nós assistida e na comunidade dentro da qual vivemos, à semelhança das formigas mal avisadas que carregam para o seio do formigueiro o néctar adocicado que, na verdade, é veneno que fermentará desastrosamente todo o ambiente trabalhado, penosamente, por longos anos.

E na área dos conflitos aparecem-nos o das vocações, ou seja, das novas gerações que nos buscam e que nós aguardamos como a continuação viva da nossa realidade religiosa, que por razões várias não conseguem encontrar seu lugar em nossas estruturas. Surgem, então, perguntas embaraçosas: por que nem os muito ricos, nem os muito pobres, quando nos procuram, conseguem perseverar? Somos por demais pobres para os ricos e demais ricos para os pobres? Não encontramos o ponto do justo equilíbrio? Todo um ideal de vida consagrada se resumiria ou concentraria neste único aspecto? Não haveria outros aspectos a serem considerados e examinados, na tentativa de encontrar uma solu-

ção, se não total, ao menos parcial e atenuante? Ou será que a gente acentua tanto a conversão do indivíduo que vem à estrutura que se esquece da conversão da estrutura que recebe o indivíduo? Havendo indivíduos convertidos, acreditamos nós que teremos grupos convertidos? Queremos jovens para caminhar conosco, para nos ensinar, inclusive, passos novos, pisadas diferentes ou será que os queremos aprendizes apenas de um caminho já batido sabido por nós de cor? Onde o conflito da marcha que nos faz parecer ambíguos, sobre um caminho que não tem objetivo certo, ponto exato de chegada, sendas traçadas para lá chegar. O conflito cresce, então, porque a distância se faz grande demais entre uma geração e outra e a radicalização de posições pode levar ao isolamento. A aproximação dos pólos atenua o conflito.

E de conflito em conflito chegamos ao dos conteúdos: o que ensinaremos? Para chegar ao centro do mistério precisamos conhecer os caminhos. Para conhecê-los precisamos ser ensinados. Pois, o que sabemos não basta, o que nos falta é sensível. Como educadores, após longa caminhada, sentimo-nos, não propriamente cansados, mas desgastados. Nossa teoria e nossa práxis andam meio discordantes, quase por caminhos divergentes. Nossos sonhos e nossos resultados não batem, porque não aparecem nítidos os caminhos sonhados, nem abundantes os frutos sazonados, pois, muitos dos que formamos, com entusiasmo e dedicação, ou são no mundo maus cristãos ou deixaram, como religio-

...sos, seus compromissos, demonstrando a dolorosa inconsistência daquilo que tentamos neles edificar. E quando começamos entrar em nós mesmos, daí o conflito entra conosco, instala-se em nós, e nos questiona sobre o nosso ser e agir, sobre nossa consagração e sua vivência, sobre nossa vocação e sua transparência histórica. De modo especial sobre a "transmissão" do ideal. Porque ensinar e educar é transmitir, passar adiante uma forma de vida que nos empolgou, como o pai que se compraz na vida que sente continuar no filho. Numa palavra, o educador se deve tornar a "imagem ideal", como resposta aos que procuram um sinal encarnado numa pessoa, antes mesmo que desenhado nos traços vagos da fantasia de um querer inconsistente na fase da busca. Daí, nossa vivência do Cristo é o diário desafio que aceitamos junto com a vida religiosa, como o espaço aonde o podemos copiar e reproduzir, ainda que na luta conflitante de toda hora.

4. Conflitos sempre os tereis

Tentamos dar uma olhadela nos conflitos da vida religiosa, passamos pelos conflitos mais próximos que moram em nossos Institutos, abordamos mais especificamente aqueles

que atingem nossas comunidades, sobretudo, as educadoras e, forçosamente, nos encontramos com os conflitos que se degladiam dentro de nós. Não é muito conflito para uma pessoa só? Ora, é através deles que se vai provando a solidez de nossa construção religiosa, pois cada conflito lembra um dos fenômenos meteorológicos de que fala o Cristo ao se referir à casa construída sobre a pedra ou sobre a areia. Somente na hora em que os elementos se desencadearam é que ficou provada e testada a resistência. Não só testada, mas purificada. E mais que isso: a gente começa a confiar na edificação e sentir-se seguro dentro dela a partir da tentação superada. Cada conflito superado — ou mesmo só experimentado — é aumento de confiança na casa que somos nós e no construtor que é o Senhor.

Porque conflitos os haverá sempre. Que haja correspondente solidez nas nossas estruturas para enfrentá-los, solucioná-los, para com eles conviver e deles tirar proveito, porque mais forte que os conflitos é o Senhor que nos enviou a trabalhar, sabendo que todo trabalho leva seu quinhão de conflito, pois experimentou ele, exatamente, isso em sua vida.

NOTAS:

(1) Carta do Papa João Paulo II a todos os sacerdotes, 9.4.79, Ed. Loyola, nº 7. (2) Ruy Nunes, in **O Estado de**

S. Paulo. (3) Documento da CLAR, CRB, RJ 1976, p. 42. (4) **Pastoral numa Sociedade de Conflitos**, J. B. Libânio, Vozes 1982, p. 79.

PERSPECTIVAS DA CATEQUESE HOJE

*“Não são os homens que devem mudar o Evangelho
mas o Evangelho que deve mudar os homens”.*

Pe. Paulo Bratti (1)

Porto Alegre, RS

Após um período de certa perplexidade, voltou-se a falar bastante de Catequese na Igreja. Apresentando os resultados do Sínodo de 1977, João Paulo II escreveu: “A Igreja, neste século XX prestes a terminar, é convidada por Deus e pelos acontecimentos a renovar sua confiança na atividade catequética, como uma tarefa verdadeiramente primordial de sua missão; ela é con-

vidada a consagrar à Catequese os seus melhores recursos de pessoal e de energias, sem poupar esforços, trabalhos e meios materiais, a fim de a organizar melhor e de formar para a mesma pessoas qualificadas” (CT 15). Visando colocar em prática a exortação do Papa, a Linha 3 da CEP da CNBB está tentando elaborar “orientações sobre a Catequese”.

Este artigo é póstumo. **Convergência** já o havia recebido, quando o Pe. Paulo Bratti faleceu subitamente. Pe. Paulo Bratti nasceu aos 29 de junho de 1936, em Orleans-SC, sendo filho de Pedro Otávio Bratti e de Veneranda Bussolo Bratti. Fez os estudos primários em sua terra natal e, nos Seminários de São Ludgero e de Azambuja, os estudos ginásiais e colegiais. No Seminário de Viamão, Pe. Paulo Bratti cursou Filosofia e, na Gregoriana de Roma, licenciou-se em Teologia no ano de 1962. A partir de 1963, sendo já sacerdote desde 23 de dezembro de 1961, quando foi ordenado em Roma pelo Exmo. D. Ettore Cunial, Pe. Bratti assumiu o ofício de coadjutor na Paróquia de Itajaí. Em 1963 foi nomeado Diretor Espiritual do Seminário de Azambuja, em Brusque. A partir do ano seguinte, até o ano de 1972, foi orientador espiritual no “Paulinum”, em Curitiba-PR e professor de Teologia. Com a fundação do ITESC (Instituto de Teologia de Santa Catarina), em 1973, Pe. Paulo Bratti foi chamado pelos Bispos Catarinenses para assumir o cargo de Diretor desse Instituto, cargo esse conservado com muita competência e dinamismo até o seu falecimento. Além de Diretor do ITESC, Pe. Bratti assumiu ainda, durante os anos de 1973 e 1978, o ofício de Reitor dos Seminaristas Diocesanos na Comunidade do mesmo Instituto Teológico. Faleceu em São José, numa casa de família, onde entrara por sentir-se mal, voltando de uma missa celebrada numa comunidade de Palhoça. Eram mais ou menos 21:30 horas do dia 15/05/82. Na homilia desta sua última missa dizia: “Todos nós somos chamados a ser santos. E o que é ser santo hoje? Ser santo é fazer as pequenas coisas com um coração grande.” Nós que aprendemos a admirar suas qualidades lembraremos sempre sua presença sorridente e serviçal e, ao mesmo tempo, sentimos sua falta. Agradecemos ao Pai por nos ter dado Pe. Paulo Bratti.

Modelos de Catequese

Todos estão convencidos de que a Catequese é uma tarefa de capital importância para a vida da Igreja. Já é tradicional a queixa de que há muita "ignorância religiosa" em nosso país. Muitos Bispos, num passado não muito remoto, escreveram Cartas Pastorais sobre esse fenômeno alarmante. O remédio que se propunha era a implantação e/ou a intensificação do "ensino religioso". Era a época em que se multiplicaram os "Catecismos da Doutrina Cristã", muitos elaborados com perguntas e respostas para melhor garantir o aprendizado e a memorização.

Os catecismos apresentavam, normalmente, uma síntese precisa da Teologia Dogmática neo-escolástica ensinada nos seminários. Privilegiava-se, portanto, o elemento doutrinário. A preocupação maior era pela ortodoxia verbal das fórmulas da fé. Pouco se olhava a situação vivida pelo catequisando.

A essa visão de catequese correspondia também um determinado conceito de fé. Ter fé era sinônimo de admitir-como-verdadeira-uma-fórmula-dogmática. Era muito mais um acreditar em verdades do que acreditar em Alguém. Prevalecia o elemento personalístico, do ato de fé. Isso ocorreu por reação a Lutero que distinguia a "fé fiducial" (= confiar cegamente em Deus) da "fé dogmática" (= crer em verdades).

Para o Pai da Reforma, o que salva é unicamente a fé fiducial. A teologia liberal protestante levou adiante esse anti-intelectualismo ra-

dical, opondo à ortodoxia dos dogmas a mensagem não-doutrinária do amor, tal como teria sido pregada por Jesus de Nazaré.

Aos poucos foi se percebendo que não basta a precisão das fórmulas dogmáticas para se fazer uma boa catequese. De fato, muitos católicos aprenderam e decoraram importantes noções teológicas sem que tivessem modificado sua vida. Muitas vezes ficaram apenas com a cabeça cheia de conceitos. Dizia-se que muitos "crentes" não eram "praticantes". É que, então, se media o grau de fé de uma pessoa quase somente pela frequência e fidelidade a certas "práticas religiosas".

Esse modelo catequético vigorou dentro de um esquema de "catolicismo fechado", de cunho apologético, que se preocupava em se defender dos adversários da Religião. Com os "hereges" de outras Igrejas, os pagãos e os descrentes em geral aconselhava-se manter pouco contacto. O culto da Verdade imutável, porque divina, dominava os espíritos que nutriam um profundo respeito pela Autoridade e pela Tradição.

O advento da Ação Católica especializada — JEC, JOC, JAC, JUC — trouxe novas perspectivas. Adotou-se o, hoje consagrado, método do: ver — julgar — agir. O ponto de partida deixou de ser o "depósito da fé". Agora partia-se da vida, da situação concreta. No momento do "ver" procurava-se estudar a realidade não somente pessoal, mas sobretudo ambiental. Dessa análise emergiam problemas graves de injustiças, de exploração do homem

pelo homem. Buscava-se a iluminação do Evangelho (julgar) para encontrar critérios que levassem à transformação dessa realidade (agir).

Percebeu-se uma diferença — que às vezes chegou à divergência — entre os católicos “praticantes” e os “militantes”. Enquanto os primeiros eram mais conservadores, apegados às instituições eclesiais — paróquia, catecismo, hierarquia, vida sacramental — os segundos se caracterizavam por um espírito crítico questionador, a exigir uma conversão de toda a Igreja para que o Evangelho não perdesse sua credibilidade e fosse um elemento de transformação social.

Se o modelo “doutrinário” de catequese corria o risco de ser puramente um ensino que não levava à conversão do indivíduo e, menos ainda, das estruturas — o segundo modelo, “situacional” (catequese a partir da vida), pode levar a negligenciar a integridade da Mensagem. A catequese pode, então, se reduzir a pequenas receitas, tiradas do Evangelho — muitas vezes “textos fora do contexto e do pretexto” — para responder a uma situação determinada. Existe o risco ainda de se cair num subjetivismo exagerado que poderia merecer a advertência feita por um Bispo no Concílio de Trento: “Não são os homens que devem mudar o Evangelho, mas o Evangelho que deve mudar os homens”.

O esforço dos responsáveis da catequese no Brasil é no sentido de encontrar uma via média — um “modelo de interação” — em que se levem em conta tanto a experiência

e a situação dos catequizandos, quanto a fidelidade à Palavra Revelada. Trata-se de um equilíbrio a ser alcançado, evitando, de um lado, o extrinsecismo da Revelação e, de outro lado, um imanentismo historicista que ignora a transcendência da fé.

Novas dimensões

Nesses anos todos obteve-se uma clareza maior sobre os objetivos e as dimensões da Catequese. Não se confunde mais “fazer catequese” com “dar catecismo”. A ação catequética deve estar inserida na **pastoral de conjunto** da Igreja. Ela é um dos aspectos da Evangelização, termo que designa a missão global da Igreja. O seu objetivo específico é uma “educação progressiva e sistemática da fé”.

O Vaticano II veio pôr termo à mentalidade contra-reformista que dominou a Igreja Católica após o Concílio de Trento. No tema que nos interessa, o Concílio fez uma síntese entre o elemento objetivo (em QUE creio) e o elemento personalístico (em QUEM creio) da fé, descartando duas concepções incompletas: a concepção de uma fé-homenagem, puramente fiducial e sem conteúdo, e a concepção de uma fé-assentimento a uma doutrina, mas despersonalizada. É o que diz a Constituição sobre a Revelação Divina: “Ao Deus que revela deve-se a obediência da fé (Rom 16,26), pela qual o homem livremente se entrega todo a Deus prestando ao Deus revelador um obséquio pleno do intelecto e da vontade e dando voluntário assentimen-

to à revelação feita por Ele” (DV 5). Essa visão abrangente de fé foi também adotada por Puebla: “A fé é conversão do coração e da vida, entrega da pessoa a Jesus Cristo” (Nº 358).

Uma outra idéia rica que ganhou corpo e se firmou é a da **Catequese Permanente**: a catequese deve durar tanto quanto dura nossa vida. Ela vale para crianças e velhos, adolescentes e adultos.

Redescobriu-se, outrossim, a importância da **comunidade** no ministério catequético. Haverá sempre necessidade do catequeta, daquele que explicita para o grupo as exigências da Palavra. Essa tarefa está se tornando cada vez mais complexa e exigente. Nos tempos da catequese de perguntas e respostas era bem mais fácil: bastava saber a doutrina e obrigar os alunos a decorá-la. Hoje se requer do catequista que ele esteja integrado no grupo, compartilhando de suas angústias e esperanças, e, ao mesmo tempo, que seja um bom conhecedor das técnicas modernas de comunicação. Requer-se, acima de tudo, que seja uma pessoa de espiritualidade, íntima do Senhor, para poder revelar Sua vontade e Seus desígnios na caminhada do povo. O catequista será, acima de tudo, um hermeneuta, isto é: alguém que sabe ler e interpretar os acontecimentos da vida quotidiana à luz da Palavra de Deus. Mas, como a Evangelização, a catequese não é uma atividade individual e sim eclesial, portanto comunitária. E de pouco vale o esforço evangelizador do indivíduo se o grupo — familiar,

escolar, paroquial — não der um testemunho comum de fé e não estiver em constante caminhada na conversão.

Os “tempos” da Catequese

Como a Evangelização, a Catequese compreende, pelo menos, quatro tempos (não no sentido cronológico, mas “kairológico”).

1. **O tempo da amizade** — É preciso encarnar-se numa comunidade — não chegar de pára-quadras! — conhecer seus projetos e problemas, partilhar de sua vida. Em nosso mundo pluralista e secularizado, em que o fato religioso não é mais evidente e natural (“ne va pas de soi”, como dizem os franceses), esse tempo de amizade se reveste de uma importância particular. Ele serve para derrubar barreiras, desfazer preconceitos e preparar o caminho para o Evangelho. Deve-se aqui secundar a paciência de Deus que, no diálogo da Revelação, adaptou-se às humildes condições de Seus interlocutores, não impondo de imediato normas ou verdades que eles ainda não podiam praticar e entender. O Senhor Se mostrou modelo e mestre de uma pedagogia lenta e progressiva que respeita o itinerário do povo.

2. **O tempo da Palavra** — Chegará o momento em que será necessário dar razão da esperança que nos habita. Isso será uma necessidade se o primeiro tempo foi do testemunho, se se conseguiu, pela maneira de ser e de agir, suscitar a curiosidade e provocar a interrogação: “Qual o segredo dessa sua ale-

gria de viver e de se doar?" É então, que se deve, com simplicidade, anunciar o nome, a doutrina, as promessas, a vida, o reino e o mistério de Jesus de Nazaré (EN 22).

Não se trata, primeiramente, de transmitir conhecimentos ou verdades, mas de pôr em contacto com uma Pessoa viva — Jesus Cristo — que é a Verdade. Os Seus ensinamentos não são uma simples filosofia religiosa, mas verdades salvíficas e vitais que interpelam e exigem uma definição. O que se deve visar é o "conhecimento" no sentido bíblico: mais que uma iluminação da inteligência, trata-se de uma intimidade e de uma comunhão interpessoal de vida. Portanto, a catequese terá sempre um caráter "querigmático", pois, antes de ser doutrina ou moral, o Cristianismo é Evangelho, isto é: Boa-Nova, Anúncio da Salvação para os perdidos.

3. O tempo da Celebração — O encontro salvífico com o Deus vivo que Se dá a nós em Jesus Cristo, nos faz experimentar Sua misericórdia e Sua graça. Isso exige uma resposta, uma "ação de graças", uma Eucaristia. Uma catequese que não fosse um convite à conversão e à celebração correria o risco de deixar de ser Boa-Nova para virar simples conferência ou "aula de religião". Trata-se não somente de levar o grupo a praticar "atos de piedade" ou a "cumprir os deveres religiosos". O importante é que se vivam todos os instantes e todas as tarefas diárias numa atitude cúltica e litúrgica. Importa que nenhum momento da existência seja subtraído à oblação.

Mas, para se chegar lá, faz-se mister um longo e difícil aprendizado. É necessário educar para o mundo dos símbolos e do Mistério e despertar o sentido da festa e da gratuidade. Uma catequese autêntica levará os catequizandos a descobrirem o papel decisivo da Eucaristia, "ápice e fonte da ação pastoral" (SC 536). É sobretudo na celebração eucarística que o cristão encontra sua identidade mais profunda, pois, "a Eucaristia faz a Igreja e a Igreja faz a Eucaristia" (De Lubac).

4. O tempo da Ação — Os fiéis "convocados" são também os apóstolos "enviados". Longe de ser um momento de desmobilização, a Missa será um despertar para a **missão**. É tarefa da catequese desenvolver um genuíno espírito crítico que analise com objetividade a realidade que nos envolve, detectando nela os mecanismos de opressão e as forças do pecado.

Fiel a Puebla, a Catequese terá uma dimensão **libertadora**, dentro do projeto crístico e eclesial de uma "libertação integral", em vista da comunhão e participação (Puebla 487-490). Uma sábia pedagogia levará a enxergar o pecado do mundo presente nas estruturas — familiar, econômica, cultural e política — até chegar à fonte dos males que é o pecado enraizado no coração de cada um e experimentado como uma "divisão" (cf Rom 7, 14-25; GS 13) de que não conseguimos nos libertar sozinhos.

A utopia da catequese é a de formar "homens novos" libertos e libertadores. Empenhados na Evangeli-

zação libertadora, evitarão tanto o “dualismo” — que separa e justapõe — quanto o “monismo” que nivela e iguala a ação de Deus e a ação do homem na construção da história. A comunidade catequética será um lugar propício para o exercício do discernimento evangélico. Far-se-á uma educação para o respeito pela complementariedade dos carismas e ministérios. É que existe o risco de o engajado nos Sindicatos e Partidos pensar que a oração e os Sacramentos são para os outros; em contrapartida, o pessoal da Equipe de Liturgia ou do Apostolado da Oração poderá ignorar, ou mesmo combater, os que lutam pela justiça social. Mesmo devendo dedicar-se a um setor da ação pastoral, o cristão estará aberto para a missão global da Igreja.

O problema do Manual

João Paulo II fez um apelo às Conferências Episcopais: “Que elas tomem a iniciativa, com paciência, mas ao mesmo tempo com firme resolução, daquele grande trabalho a ser realizado de acordo com a Sé Apostólica, qual é o de preparar verdadeiros catecismos fiéis aos conteúdos essenciais da Revelação e atualizados” (CT 50).

Essa proposta, aceita pelos Bispos do Brasil, encontra algumas dificuldades. Hoje se sabe que todo discurso é pronunciado a partir de um “lugar” determinado. Ora, num país como o nosso, são tantos os “lugares” — social, geográfico, cultural religioso — habitados pelas pessoas

que se torna extremamente difícil um catecismo que sirva para todos.

Acresce que a doutrina — teológica ou catequética — é sempre uma palavra segunda. As “palavras da fé” supõem “vida de fé”. Caso contrário, elas aparecerão abstratas e desencarnadas. Ora, as experiências de fé em nosso universo pluralista são muito diversificadas. Como, então, elaborar um texto que responda à expectativa de todos?

Além disso, dentro de uma visão dinâmica de catequese — entendida como educação progressiva e permanente da fé — o deparar-se com um manual ou catecismo poderia significar uma condenação ao imobilismo, conformando-se com o já-refletido e o já-dito.

Todavia, é preciso também admitir que existem muitos argumentos que levam a aceitar o projeto, se não de um manual, ao menos de um “roteiro básico” para a catequese. Primeiro, porque a fé não é somente um ato de um indivíduo isolado; ela é também uma **confissão pública**, um ato eclesial. Por isso as profissões de fé são muito importantes para a unidade da Igreja. São Paulo já afirmou que “há uma só fé” (Ef 4,5). Paulo VI concluiu que “a fé não é pluralista”.

Ademais, a fé deve ser falada. Ela se nutre do silêncio, mas deve se expressar. O conhecimento do conteúdo ou da “doutrina da fé” defenderá o crente de outras formas de pensamento muitas vezes contrárias à cosmovisão cristã. De fato, o Ma-

gistério da Igreja sofre hoje a concorrência de outros poderosos "magistérios", como o da opinião pública formada pelos meios de comunicação social.

Então, uma exposição clara e simples da Mensagem Evangélica seria uma ajuda inestimável prestada a muitos cristãos que vivem atualmente bombardeados por todo vento de doutrina, não sabendo, muitas vezes, em quem e em que acreditar. Essa exposição, evidentemente, será bem diferente dos catecismos da contra-Reforma, elaborados em outro contexto cultural, para responder a uma problemática que não é mais a nossa. Levar-se-á, por isso, em conta todos os progressos havidos nos campos dos estudos bíblicos, teológicos e pastorais. O problema da linguagem merecerá, então, uma atenção especial.

Num mundo marcado por preocupações imediatistas, vitalistas e existenciais é preciso voltar a crer na força da verdade que liberta. Dados os ingentes desafios pastorais, deu-se mais ênfase entre nós aos problemas da ação, ficando em segundo plano os da inteligência. Mas não se pode pensar no progresso da Igreja sem uma renovada compreensão da fé. O Cardeal Garrone afirmou sabiamente que "quando a inteligência está doente a fé não pode subsistir".

Acrescentaria, para finalizar, que a fé necessita de síntese. Por isso a elaboração de um roteiro básico, contendo, numa linguagem moderna, os elementos essenciais da Novidade cristã, seria um auxílio precioso oferecido a todos quantos se preocupam com o aprofundamento da própria fé, que é a meta da Catequese.

O livro CRB: DEZ ANOS DE TEOLOGIA fala diretamente de Deus ou trata de outros temas?

CRB: Dez Anos de Teologia é o terceiro livro, de um conjunto de quatro, lançado pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1982. O livro celebra os dez anos de existência e regular funcionamento da **Equipe de Reflexão Teológica** da CRB Nacional. DEUS não é, necessariamente, o único objeto material relevante, em determinado momento, da Teologia. É, sem sombra de dúvida, sempre o seu objeto formal. Por isso, Teologia alguma descuida do discurso sobre Deus à luz de Deus. Na Teologia do Brasil, o discurso sobre Deus parece ser mais fundamental ainda, dada a força do nome de Deus, na consciência popular. Não há frase dita pelo povo, em momentos de gratidão, de tristeza, de esperança, de futuro, onde não se intercale alguma cláusula referente a Deus: se Deus quiser, graças a Deus, como Deus é servido, por amor de Deus, etc. Como vê, será impossível fazer Teologia, no Brasil, sem falar expressamente de Deus. Adquira o livro CRB: DEZ ANOS DE TEOLOGIA. Leia e o examine. Você vai gostar.

O PAPEL DA VIDA RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO DA FÊ DO POVO

É um mau sinal, se uma dona da roça com 80 anos repete quase o Cântico de Simeão porque, pela primeira vez em sua vida, viu e abraçou uma irmã de caridade que foi fundar um clube de mães e preparar as crianças para a primeira comunhão.

Frei Bernardino Leers, O.F.M.
Divinópolis, MG

Algumas considerações

Na linguagem cotidiana, o termo "vida religiosa" possui uma ambivalência semântica, até certo ponto feliz. Numa sociedade em que a Igreja predomina como religião, pode focalizar tanto a vivência, as práticas religiosas do povo em geral, quanto a vida dos religiosos, das ordens, congregações e institutos seculares específicos. Feliz é esta confusão, porque reflete o movimento que há entre a vida religiosa dos fiéis comuns e a vida dos religiosos. Todos são igualmente povo de Deus e não se deixam separar no conjunto de forças, formado pela Igreja. Todos são chamados à mesma perfeição evangélica e sua vocação é ficar no mesmo plano, ficar embaixo, como diz São Francisco (1).

1. A linguagem e a experiência vivida

Uma reflexão sobre o tema indicado tem necessariamente o tom abstrato, vago e generalizante de um devaneio gratuito. Na realidade a vida religiosa do povo e dos religiosos se faz em pessoas concretas, ligadas e condicionadas pelo tempo e o espaço cultural, econômico e político em que vivem, cada um com seu nome, seu caráter, seus talentos, suas sombras e limitações. A educação da fé supõe um contato, um convívio, uma comunicação real entre este religioso, esta comunidade de religiosos, com uma porção do povo; pode ser um relacionamento face à face ou apenas uma voz pelo rádio, o artigo que aparece semanalmente no boletim, no jornal, mas

há encontro humano, há transmissão. Também o povo de Deus é, em primeiro plano, o grupo de pessoas, famílias, vizinhos, que mora neste ou naquele bairro, cidadezinha, povoado, em tais condições, com tais limites e possibilidades de crescimento humano e cristão. Em sua vivência, a fé não é uma pasta uniformemente esparramada sobre os fiéis, mas está diferenciada e individualizada nas pessoas, famílias, grupos sociais, que pertencem ao raio de ação de determinado grupo de religiosos.

Falar da experiência vivida que um religioso, de nome Fulano, acumulou em contato com a vizinhança de sua casa, pela catequese que organizou ou pelos movimentos que fundou com o povo local, inclui inevitavelmente uma seleção de dados, abstrações e generalizações, porque nenhuma língua verbal é capaz de exprimir e comunicar, o que de fato houve em termos de contato, de troca de valores religiosos com os grupos humanos alcançados. Mais abstrato, vago e aberto a uma variação de leituras é o modo de falar, refletir ou discutir sobre "os" religiosos, "a" vida religiosa ou "o" povo e "a" fé. Enquanto a história se realiza e processa nas singularidades das pessoas, coisas e acontecimentos que não se repetem, a reflexão trabalha com termos genéricos e conceitos abstratos em que a peculiaridade das pessoas e dos fatos acontecidos somem quase por completo.

Foi acrescentado: quase por completo, porque a igualdade das pala-

avras não garante a igualdade das significações. Embora um discurso teórico possa chegar a um alto nível de abstração e tornar-se quase incontável em relação à realidade histórica, sempre perdura a suspeita de que atrás da linguagem tão abstrata e geral esteja projetada a própria experiência de quem faz o discurso, dando aos termos usados uma cor própria e um sentido mais pessoal. Assim falar sobre os religiosos, o povo, a fé, reflete sem querer uma interpretação pessoal e particularizante que está em função das experiências limitadas que cada um fez e está fazendo na vida. As palavras e termos pertencem à língua comum, mas o significado é condicionado pelo lugar que a pessoa ocupa, a posição que tem na sociedade, os contatos, percepções e ações que de fato formaram e continuam formando a ligação entre ela e o grupo humano com que vive.

As normas não fazem a moral nem as orientações criam a pastoral. É no nível do decidir e agir numa situação concreta da parte de uma pessoa ou grupo social que a moral se faz, mistura do bem e do mal, e a pastoral progride com suas raízes e sombras na caminhada histórica. Um artigo sobre educação da fé do povo e participação de religiosos neste processo talvez possa abrir os olhos em algum ponto ou estimular a auto-análise da práxis que está sendo feita; nunca dispensará a práxis pessoal deste religioso, daquela religiosa, em contato com as pessoas que pertencem ao raio de suas interferências. Cada um tem de andar pelas próprias pernas e fazer

seu caminho. Experiência é inalienável. A troca de palavras que verbalizam as diversas experiências ao máximo estimula pessoas a criarem futuro, em vez de reproduzirem apenas o passado.

2. A comunicação entre religioso e povo

A educação da fé encontra sua base numa relação comunicativa entre o religioso e o povo de Deus. Ambos são pessoas humanas com suas riquezas e misérias. Ambos pertencem pelo batismo à Igreja, conhecem o mesmo Pai, estão inseridos no mesmo tronco que é Cristo Jesus e dão fruto pela força do mesmo Espírito que lhes é derramado no coração. Sem esta comunhão de graça não haverá nem transmissão nem crescimento da vida na fé. Dentro deste relacionamento básico, o processo educativo pode ser visto de dois lados: o lado do religioso que encontra o povo e o lado do povo que se comunica com o religioso.

Enquanto a linguagem ficar neste nível globalizante, não haverá muito problema, pois o idealismo funciona como uma neblina em que todas as diferenças desaparecem num jogo de sombras e formas indefinidas. A pregação da fé, do amor cristão, da caridade em geral, desce sobre o público como chuva sobre a terra; e chuva não conhece discriminação nem acepção de pessoas. Contudo, Medellín, Puebla e a teologia da libertação demonstram, que a consciência eclesial na América Latina não pretende ser mais um véu nebuloso que se deixa manipular com

certa facilidade para justificar o status-quo e camuflar-lhe as injustiças desumanas e as desigualdades gritantes, em vez de ser instrumento crítico e força criativa de uma nova sociedade de pessoas, expressão dos valores evangélicos da liberdade, justiça, fraternidade e paz verdadeira. Mais do que uma religião de sacristia ou uma espiritualidade de salva-tua-alma, tal programa obriga a discernir em que chão se pisa e a conscientizar-se da real situação que ajuda e dificulta a comunicação e mútua edificação na fé e no amor dos religiosos e do povo (2).

Sejam quais forem as apreciações pessoais das mudanças da Igreja, depois do Vaticano II, e o posicionamento consciente de cada um dentro desta caminhada, fato é, que nem o estilo de vida e a ação dos religiosos nem a religião do povo e as atitudes que o povo toma em função dela conhecem mais a uniformidade relativa que fica como impressão global do passado. Esta maior variação já tem gerado vários conflitos públicos, bem aproveitados por certo tipo de imprensa, e novas formas mais sutis de caça aos hereges. No entanto, esta situação que merece uma releitura de 1 Cor 1-4 não é mais do que o furúnculo que externa para fora as divergências e contrastes que vivem dentro do organismo. Se a literatura descreve rupturas diversas, esboça modelos diferentes da Igreja ou constrói uma tipologia do catolicismo (3), convém deixar bem claro que o material para tais análises se encontra na realidade atual e consiste nas opções, preferências e posições diferentes

que se encontram entre os religiosos e entre os fiéis comuns. Sob a cúpula global da unidade e fidelidade, as formas concretas da vivência da fé demonstram uma variação assaz grande.

Em linhas gerais, Puebla mesma analisa esta diversidade de posicionamentos e opções, que se constata entre os membros da Igreja, chegando até a antagonismos, oposições e polarizações que ameaçam a unidade (4). De várias maneiras, o evangelho se deixa manipular e instrumentalizar. De um lado, funciona o saudosismo que, misturado com o ranço do integralismo, quer conservar e restaurar a situação medieval da cristandade, com o velho binômio da Igreja e do Estado; como também continuam a vivência e o anúncio do evangelho sem assumir as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais da existência humana, pessoal e social. Doutro lado, misturam-se evangelho e ideologia política de tal maneira que o primeiro se torna um instrumento exclusivo da última e se submete em sua interpretação às teorias e estratégias políticas e econômicas em voga no mundo atual (5). No meio encontra-se a atitude talvez mais enganadora, a tal neutralidade, a equidistância, que fica fora, não tem cor, evita tomar posição nas discussões e conflitos e, por isso, conspira ingenuamente com a chamada ordem estabelecida, desempenhando o papel de inocente útil.

Nesta variedade de posições e atitudes, existentes entre os religiosos e os fiéis em geral, esconde-se um primeiro problema da práxis do relacionamento. Pois mais cedo ou mais

tarde, por mal-entendidos, discussões ou conflitos que surgem, o religioso será obrigado a analisar melhor o lugar que ele mesmo ocupa no quadro global da interpretação e observância evangélica, chamado Igreja. Na longa coluna em marcha, em que os católicos e religiosos andam com maior ou menor rapidez, ele tem de reparar uma vez, onde ele mesmo se coloca ou está colocado. A peneira de revolucionários, progressistas, moderados, conservadores, tradicionalistas é grosseira demais para determinar as posições pessoais. Muito menos deixa transparecer qual é a atitude que se toma para com os outros que estão mais para frente ou mais para trás na coluna e adotam outro ritmo. Pois a diferença de posição é acompanhada pela variável de compreensão e tolerância, resp. incompreensão e intolerância que os católicos e os grupos católicos apresentam de fato entre si. Neste contexto, quem sou eu e quem é o outro é uma pergunta que não se satisfaz com a igualdade metafísica das pessoas, mas inclui a determinação do diferente lugar que cada um ocupa no universo da Igreja em movimento.

3. Do lado do religioso

Dando ao religioso a intitulação sumária de homem de Deus ou pessoa cheia do mistério de Deus (6), a primeira exigência que surge para que ele seja um sinal comunicativo da fé no meio popular é o contato, o encontro, o convívio. É mau sinal, se uma dona da roça com 80 anos repete quase o cântico do velho Simeão, porque pela primeira vez em

sua vida viu e abraçou uma irmã de caridade que veio fundar um clube de mães e preparar as crianças para a primeira comunhão. Além da ausência de religiosos na vida de muitos católicos, há o obstáculo da ignorância, de não entender o que é vida de religioso na Igreja. Religiosos são identificados com padres, ação pastoral, colégio, hospital de que são donos e em que trabalham como professor ou enfermeira.

Assim o problema da educação se concentra nos lugares em que de fato os contatos se fazem e apresenta-se um certo grau de convívio e colaboração entre religiosos e povo. Independente do testemunho pessoal que cada um dos religiosos dá, importa constatar, graças às renovações realizadas depois do Vaticano II, uma vida mais aberta das casas religiosas e a formação de pequenas comunidades em bairros, vilas e povoados, proporcionando um intercâmbio interpessoal mais direto com o povo, as famílias, doentes, jovens, operários, trabalhadores rurais. Esta política de abertura e aproximação se tornou uma verdadeira escola para os próprios novatos da vida popular, até então mais ou menos isolados em seus conventos e casas religiosas.

Por si, o fato do relacionamento mais humano e afetivo com o povo do lugar ainda não resolve, pois a graça de ter olhos para ver, cabeça para refletir e coração para compreender não precisa ultrapassar o círculo estreito do imediato, do momentâneo, do cotidiano. Se o religioso souber escutar, observar e ana-

lisar os fatos, a convivência levá-lo-á a ampliar os horizontes de sua percepção, aprofundará sua compreensão da constelação existencial dos outros e intensificará sua solidariedade ativa. Embora não substitua de forma alguma o próprio convívio direto e crítico com o povo, muita literatura boa sobre catolicismo popular, problemas da vida familiar, operariado urbano, política, está à disposição para completar e corrigir a visão da realidade humana e entender melhor os sofrimentos e anseios do povo. Sem este progresso intencional, sua experiência acumulada significaria apenas a repetição de sempre a mesma pequena experiência e a estagnação do próprio fluxo e refluxo da verdadeira comunicação interpessoal.

Que o religioso ganhe aos poucos pela convivência aberta uma imagem mais viva, variada e profunda do povo e cria laços afetivos com as pessoas, homens, mulheres, famílias, grupos, movimentos de sua vizinhança, há de ser completado por um processo interno na linha de São João Batista: é preciso que ele cresça e eu diminua (7). Seria ingênuo pensar, que a transferência de um grupo de religiosos de um colégio ou paróquia de centro urbano para a periferia, um bairro pobre, um povoado rural, por si mesmo, fosse uma bênção ou inspiração divina. Mais do que a meditação sobre a Igreja e a opção preferencial pelos pobres, exigem-se a própria conversão do religioso e a mudança da mentalidade que, querendo ou sem perceber, tem criado durante os anos que ficou em seu ambiente original.

O processo de transformação interna, pessoal, alimentada pelo evangelho e a celebração eucarística, não só se expressará pelo crescimento gratuito do religioso e da comunidade na vivência mais intensa e sincera do ministério do Cristo, mas também em atitudes que se podiam chamar de pé no chão. Pois trará uma simplificação e redução do consumo, das muitas coisas de que a propaganda comercial tenta convencer seu público que são necessárias para garantir a liberdade, a felicidade e a segurança até depois da morte. Este despojamento na linha de Fil 2,7 estenderá sua ação simplificadora igualmente sobre a linguagem que se usa e a naturalidade sem protocolo de receber e encontrar os outros, de modo que se sintam à vontade. Especialmente os estudos superiores dos religiosos sacerdotes costumam complicar a linguagem deles, se não criarem aquele ar de superioridade condescendente que marca tantas vezes o encontro entre o senhor doutor e o homem da rua ou da roça.

4. Obstáculos da aproximação

Curiosamente, o senso de superioridade é de ontem. Na evolução histórica do passado, os religiosos chegaram a ocupar na comunidade eclesial uma posição de elite acima da massa dos simples fiéis, por causa de sua escolha do melhor, do estado mais perfeito de vida cristã. Como sempre, esta posição social repercutiu na mentalidade dos ocupantes. Apesar do Vaticano II, esta forma anti-evangélica de "ser o maior" (8) ainda não desapareceu por completo. A aproximação unila-

teral dos textos do radicalismo evangélico, feita pelos religiosos na literatura ascética passada, tem encontrado uma resposta adequada na exposição sobre a vocação universal à santidade na Igreja de "Lumen Gentium", mas deixou seus vestígios no espírito dos religiosos e no relacionamento entre estes e os católicos comuns, como se fosse um encontro entre profissionais e mão-de-obra não especializada. Este relacionamento se confunde mais ainda pela mistura freqüente de vida religiosa e ministério sacerdotal, com seu status social e posição de mando marcados ainda pelo clericalismo e as idéias da cristandade do passado.

Em comparação com os demais fiéis, os religiosos geralmente recebem uma formação cultural, religiosa e moral mais aprimorada, superando de longe, às vezes, a precária escolaridade e educação de fé de seus ambientes de origem ou de trabalho. Por ter estudado mais e feito mais leitura, costumam dispor de uma linguagem mais complexa e sofisticada, que observa todas as exigências dos gramáticos, possui um vocabulário mais rico e variado e flui mais correntemente em longas frases em que todas as palavras, pontos e vírgulas estão em seus devidos lugares. Como donos dos produtos religiosos, sabem falar com maior desembaraço sobre os assuntos de fé e moral, Deus, Jesus Cristo, Igreja, ritos e normas da vida cristã, impressionando bem o auditório.

O quase monopólio cognitivo, acoplado à maior fluência linguística, condiciona facilmente uma atitude de supremacia perante a massa

dos fiéis condenados segundo os parâmetros do conhecimento do orador à ignorância e ao silêncio. Uma cega auto-suficiência, o velho orgulho bíblico, é capaz de levar o religioso a uma segurança de posse na base de: vocês perguntem, eu já sei a resposta. Na prática de cada dia, também a carne é fraca e o religioso tem seus defeitos e desculpas, mas no nível do encontro com o povo, no pronunciamento e na pregação, dá a impressão de estar com a verdade no bolso, tudo previsto, tudo formulado e pronto.

Muitas vezes mistificada, a mentalidade orgulhosa da posse segura leva facilmente a uma atitude de supremacia nos trabalhos apostólicos. Em tempos ainda não tão passados, parecia às vezes, que as obras de caridade serviram mais para aumentar a lista de méritos dos que as praticavam, do que para ajudar os pobres a alcançarem uma vida mais humana e voz própria na sociedade. De um lado estavam os benfeitores, doutro lado o público receptor. Assim revelava-se a raiz do mal: a apropriação indevida e monopolizadora dos bens religiosos por uma parte do povo de Deus, os religiosos; com exclusividade, talvez generosa, eles distribuem seus produtos entre os não proprietários dependentes, os simples fiéis. À segurança da posse de quem produz e reproduz os bens corresponde a atitude do auditério que apenas demonstra receptividade, eventualmente gratidão.

Conhecimento é poder. Talvez a palavra "Know-how" nunca tenha sido aplicada no contexto da religião

ou da fé, mas pelo fato de os religiosos se tornarem especialistas no conhecimento de Deus e seus mistérios e proprietários dos produtos religiosos, verdades, símbolos, ideais de perfeição, caminhos de santidade, normas, eles se expõem também ao risco de esquecer a palavra do Senhor: não deve ser assim entre vós (9). Numa sociedade em que as estruturas do poder, seja na família, seja na empresa, seja na política, são verticais, de imposição de cima, de domínio, de direção de mão única, e os que têm o poder se comportam como se fossem benfeitores e distribuidores de favores, dificilmente os religiosos escapam da imitação do exemplo predominante que nem respeitou o átrio da Igreja. Não é significativo, que em muitas comunidades de base e projetos pastorais modernos continua a hegemonia de mando dos líderes religiosos, sem nenhuma democratização participada ou abertura para ouvir a voz dos outros e estimular sua colaboração?

No entanto, toda esta caricatura de prepotência é ledo engano. Se o conhecimento e a reprodução do mistério de Deus fosse problema de quantidade de teorias, teses, fórmulas e argumentos na cabeça do crente, mais poder de mando, os teólogos e os bispos teriam mais condições de santificarem-se do que os simples fiéis; o que a hagiografia da Igreja não parece confirmar, menos ainda, o culto do povo. O problema é a práxis da fé, sua vivência sincera, seu arraigamento no coração, sua fidelidade a Deus, o Pai, sua ligação ao tronco vital de Cristo, produzindo frutos verdadeiros de caridade,

justiça e paz. A posse de todos os mistérios do céu e da terra não produz mais do que o barulho de um tambor vazio, se falta o amor. E o amor não é arrogante nem se ensoberbece (10).

5. Uma política de trocas

Em contraste com a caricatura da supremacia, surge espontaneamente uma outra figura relacional humana: a da aprendizagem mútua e da troca dos bens religiosos e morais entre os religiosos e o povo. O fundamento teológico desta figura é o fato da comum pertença de todos, religiosos e fiéis, ao reino da graça de Deus e à realidade eclesial que Cristo simbolicamente apresentou pela imagem da videira e dos ramos e do pastor e suas ovelhas e São Paulo pela imagem do corpo e seus membros (11). Pela profissão dos votos, o religioso não se torna ministério na Igreja para se colocar à cabeceira da mesa; continua povo de Deus, sem pretensão de ser uma categoria à parte que o torna superior ou coloca-o à frente do povo com o monopólio da palavra e do serviço.

Na prática, esta igualdade fundamental de pessoas humanas e fiéis é mais difícil de concretizar-se, porque também uma atitude aristocrática e elitista pode levar a um atendimento paciente, paternalista e generoso dos mais simples e pobres. A disponibilidade dos religiosos se pode realizar dentro do esquema vertical da supremacia, mesmo se não chegue àquela deformação da caridade que distribui favores, mas mantém a distância entre a senhora

da alta sociedade e os pobres que recebem dela um presente no Natal. Até a opção preferencial pelos pobres não precisa elaborar-se numa aproximação para com os pobres em termos de relacionamento interpessoal, pois não garante por si a conversão da superioridade que, com sua riqueza, ciência e segurança, se inclina por cima de um pobre coitado, miserável, ignorante.

A fim de quebrar o esquema de sua auto-suficiência e aprender algo da verdadeira pobreza interna, o religioso está servido com a imagem evangélica da criança que, de olhos e ouvidos bem abertos e toda curiosa, encara o mundo, sempre cheio de surpresas e novidades. Pelo silêncio de quem está acostumado a fazer discurso, ouvindo e observando é, que, como primeira condição de um encontro autêntico, se descobrirá a inesperada riqueza de humanidade, de fé e esperança, de humildade simples, de coragem de enfrentar a vida, que florescem e se escondem nas roupas rasgadas, sujas e suadas de um povo sofredor. Assim, instituir-se-á uma relação livre e igual de trocas, de mútua aprendizagem e enriquecimento, permutando a imagem do religioso que, na posse da fé, da graça, dos valores humanos, dá uma esmola de sua opulência a um pobre diabo que não possui nada, como se fosse uma edição melhorada do rico epulão na parábola do pobre Lázaro (12).

O primeiro passo do convívio com o povo é experimentar a grata surpresa de encontrar nestes porões da humanidade, como diz Carlos Mesters, atrás da pobreza, do sofrimen-

to, da dureza da vida teimosa, as muitas faces da vitalidade humana, simples e singela, criativa e perseverante, que não se esgotou sob as muitas formas de repressão que a história do povo conhecia e continua a experimentar. Pela abertura do aprendiz do povo entrarão também os vícios e os pecados, porque a igualdade se baseia não só na graça libertadora de Cristo, mas também na dependência de Adão e Eva. Mas a sabedoria popular ensina que o vício é a sombra que realça a virtude e que os pecados dos pequenos são sempre pequenos pecados.

No processo da fraternização com o povo, dois esforços intencionais se conjugam: a penetração meditativa no mistério de Cristo que se fez pobre por nós e o empobrecimento progressivo de quem estava acostumado a pertencer modestamente à sociedade de afluência e de serviços sociais garantidos. O primeiro encontra seu apoio em muitos textos oficiais e livros antigos e novos; o segundo, bem mais difícil, encontra seu estímulo provocador no estilo de vida de sobriedade, de poucas coisas em casa, de insegurança, de entrar na fila, dos próprios pobres, a massa do povo. O fato que Francisco de Assis foi aprender a vida pobre entre os mendigos, trocando sua roupa com eles, pedindo esmola entre eles, é uma curiosa sugestão para um tipo original de noviciado, como rito de iniciação da vida religiosa entre e com o povo.

Todavia, a infra-estrutura desta identificação progressiva é a descoberta de facetas, cada vez outras, da

pedra preciosa, talvez mal lapidada, mas autêntica, que é o povo. Apesar de ser oprimido, cerceado em sua liberdade e vontade de progredir, sofredor, este povo demonstra uma riqueza de valores humanos, de experiências vividas, de jeito de sobreviver contra toda esperança, acumulando uma sabedoria que deixa o teólogo cerebralizado sentir-se um "idiota" no sentido medieval. Com o crescimento da admiração diante desta gente e sua capacidade de viver é que a distância vai diminuindo e, na base da amizade e confiança, são criadas as condições para o início da troca de bens em comunhão e da cooperação profundamente partilhada por todos, cada um contribuindo conforme os talentos que Deus lhe deu. A construção da comunidade da fé supõe, que o mestre saiba fazer o papel de aluno e vice-versa, pois ambos têm de reconhecer que um só é o mestre, o Cristo, e todos são irmãos e servidores (13).

6. Da parte do povo

Dentro dos limites de um religioso-padre se transferir para o lugar existencial do povo, a pergunta se faz, quais são as condições do povo para trocar suas experiências de vida, de fé, de esperança para com o futuro a realizar, de práxis dos valores evangélicos. Na dialética histórica dos posicionamentos pastorais houve uma transição relativamente rápida da religiosidade popular, ignorante e supersticiosa, para o catolicismo do povo, expressão aculturada da fé católica, acervo de valores, sabedoria humanista, instinto evangélico (14). Para conhecer me-

lhor a religião e o modo de viver do povo há bastante literatura e quadros teóricos à disposição (15).

Pelo convívio cotidiano com o povo no lugar em que o religioso vive, não custa concretizar estes dados, completá-los ou eventualmente corrigi-los. Assim, evitam-se generalizações e exageros e começa a comunicar-se a grande variação que mesmo em grupos bastante fechados se revela sob o título de religiosidade popular. Sem este processo contínuo de aprendizagem extensiva, há sempre o risco de o religioso enxergar a complexa realidade do povo em geral pelos óculos e dentro dos horizontes do pequeno grupo de pessoas que, em qualquer bairro ou povoado, freqüentam com maior liberdade a sua casa e formam em redor dele um grupo de amizade e colaboração. Com este grupo começa a percepção, mas é apenas ponto de saída para penetrar passo a passo na mentalidade, melhor, nas mentalidades do povo e suas práticas de viver, julgar, agir e lutar.

O clima relativamente pessimista em que nasceu a pastoral da emergência não está mais na moda. Mas no mínimo há de persistir a suspeita de que expressões do tipo "nosso povo é muito católico" sejam exageros de boa fé. Proclamar a fome que o povo tem de Deus é em boa parte um golpe no ar. Talvez corresponda aos desejos devotos do poder clerical ou aos interesses de conservadores que querem restringir a força evangélica ao recinto de um catolicismo espiritual que não inco-

moda a ninguém e deixa os demais poderes na paz de sua "ordem". De fato, atrás da fachada da universalidade do catolicismo, não está apenas uma tipologia deste catolicismo com seus vários sincretismos, mas também uma larga penetração, quase incontável, de muitas formas de espiritismo, pentecostalismo e outras denominações religiosas acatólicas que, em certos casos, demonstram uma grande vitalidade e força atrativa entre o povo.

A imagem da predominância católica encontra seu limite também na onda crescente da a-religião, sobretudo prática, sem muita militância, que coloca tudo quanto há de interpretação e ritos religiosos fora da vida, como algo de que não se precisa mais. Este fenômeno pouco estudado, não é novo, nem entre o povo. Também na zona rural, geralmente de vivência religiosa mais socializada e controlada, havia pessoas vivendo praticamente sem religião. Mas no contexto da secularização, a zona urbana e os jovens fornecem mais material de um novo tipo de mundivisão, melhor práxis existencial, em que os deuses herdados nem têm mais a tarefa de tampar os buracos. Puebla fala de secularismo (16). No entanto, trata-se menos de um sistema ideológico consciente do que de um estilo de vida, que gasta toda energia nas ocupações e atrações de cada dia e reduz as práticas religiosas apenas a uma lembrança da infância. Talvez restem ainda umas superstições atávicas ou um certo interesse em yoga, higiene mental ou pensamento positivo; coisas de catolicismo, Igreja, padre

são apenas invocadas pragmaticamente para fins de apoio ou autopromoção.

Com o crescimento da escolaridade e extensão dos meios de comunicação social, especialmente nas áreas urbanas, há um outro fator que complica o quadro global da religião do povo. Embora seja difícil medir a influência persuasiva da endoutrinação ideológica do ensino e dos meios sobre a formação da mentalidade do povo, especialmente dos jovens, no mínimo parece viável a hipótese de que o grande esforço de “domesticação” e alinhamento não fique sem efeito considerável. Puebla condena a doutrina da segurança nacional, o nacionalismo e outros -ismos estatais, mas não impede, que “sob o ‘pragmatismo responsável’ do regime, Deus e a religião são instrumentalizados na versão oficial e compulsória de uma genuína ‘religião civil’ cujos dogmas positivos e negativos servem à submissão e à conformidade com a ordem política ditada” (17). O esquema mental da elite dominante no país infiltra, sem cessar, pela escola e os meios de comunicação nas cabeças do povo que, geralmente com pouco senso crítico no campo ideológico, deixa-se formar ou deformar conforme os interesses da ordem e segurança, mantidas por esta elite.

A mistura triangular de religião, moral e civismo, que marca a educação moral e cívica, é um nó difícil de desembaraçar, porque tem suas raízes na tradicional comunhão, bastante pacífica entre os dois poderes do passado, o Estado e a Igreja.

Esta hegemonia dupla sobre a clientela comum, o povo, nunca chegou a acabar com os mecanismos de defesa e um certo espaço de autonomia do povo, mas resultou num traço nacionalista do catolicismo popular que, se não junta mais as bandeiras do Vaticano e do Brasil atrás do altar, continua vivo nos cânticos e orações. Pronunciamentos explícitos em favor da nacionalização do clero e dos religiosos, feitos na imprensa desde que começaram as tensões e conflitos entre o regime político e a liderança eclesiástica, talvez não colem entre o povo. Contudo, uma mistura entre o Brasil grande, amado, idolatrado e a Igreja só pode levar prejuízo à visão universal da segunda, já turvada pelo individualismo devocional que marca o catolicismo de muitos.

Sob o manto global do catolicismo popular esconde-se uma variação de traços que, embora talvez sejam contraditórios, coexistem na dinâmica histórica. Dentro do processo evolutivo do catolicismo, um dos contrastes se manifesta no jogo entre “fatalismo” e autogestão. Como complexo de crenças e práticas, qualquer religião ressentida o condicionamento limitador das outras dimensões existenciais do homem, da sociedade. Um estado permanente de subordinação e dependência na vida, seja das forças da natureza, seja de poderes humanos, encaminha para uma atitude de submissão e obediência religiosas quase passivas, em que tudo, o bem e o mal, está do jeito que Deus quer ou o bem existe graças a Deus e o mal por castigo de Deus, pelo demônio ou mal olhado. Tal

reação é chamada, às vezes, fatalismo, mas no conjunto da vida parece ser mais uma sabedoria experimentada do povo que sabe que, na prisão em que se encontra, sofrendo e apanhando, não há muita possibilidade de conquistar novos espaços de liberdade. As pequenas alegrias na toca com a família, uns amigos, valem mais do que pôr a cabeça para fora e ser malhado como meu judas em sábado santo.

Doutro lado, sempre, mas hoje em dia de maneira mais forte e consistente, há a vontade de se libertar dos males e conquistar uma vida melhor com os talentos que Deus deu aos homens. Com o desenvolvimento bastante recente do Brasil cresceu o senso do poder e da ação, ao lado da descoberta de que uma boa parte dos sofrimentos e males é condicionada e causada pela vontade egoísta e negligência das pessoas responsáveis e não está diretamente ligada a entidades religiosas, Deus, sorte ou azar. Até enchente já faz acusar as autoridades. O que está acontecendo em muitas comunidades eclesiais de base e movimentos de classe e de bairro não significa apenas uma extensão do evangelho além da religião, mas uma nova vontade de "tomar a justiça nas próprias mãos" e de juntar as forças para criar uma sociedade em que também o pobre tenha voz e vez. Neste novo "élan vital", social, político nem sempre é fácil descobrir, se o movimento se inspira na vivência evangélica ou apenas se encosta, como ponto de apoio e proteção, na estrutura eclesiástica; como vontade coletiva

de libertação humana constitui uma fonte energética insubstituível e esperançosa.

O catolicismo popular está servido com o senso crítico e a troca de bens da parte dos religiosos. Depois de tanto tempo de marginalização, desconfiança e condenação, há sempre o perigo de cair no outro extremo e colocar antiteticamente o condenado de ontem no trono, como mestre e pastor. A descoberta do povo, como portador da fé e prático em valores evangélicos, não deve ser cega para com o subdesenvolvimento e as sombras de suas qualidades, como o próprio religioso não deve ser cego para com as limitações e defeitos de sua vida evangélica. Nesta interação, um ponto de destaque talvez seja o medo, em contraste com a liberdade e a alegria pascal que a fé cristã promete. Da parte do religioso tradicional continua a preocupação de cercar-se de segurança material e espiritual; quem tem medo não arrisca. Da parte do povo, o medo tem mil faces: medo de almas, medo de castigo de Deus, de "vultos", de cartas correntes, de ruídos de noite, de autoridades e poderosos. Ambos precisam de se reencontrarem na mesa da Palavra e do Pão para formar a força que vence o medo.

Da parte dos religiosos, porém, o problema principal não é descobrir as qualidades e sombras do catolicismo do povo, em toda a sua variação local, ao lado da análise realista dos ideais e limitações inerentes à sua própria vida de religiosos,

chamada evangélica. No convívio com os vizinhos, o povo do bairro, coloca-se o problema de como agir para com eles ou com eles em função do discernimento feito. Das maneiras possíveis, certamente não de ser excluídas as que Oto Maduro chama de desqualificação e desprestígio das expressões religiosas existentes, sua substituição pela força ou mediante a competição, importando novos ritos, e a perseguição violenta do rito tradicional (18). Conscientes de serem servos inúteis, os religiosos precisam respeitar o povo em sua liberdade e vitalidade religiosa produtiva e descobrir entre seu estilo de vida e os estilos de vida populares o lugar comum de que nenhuma das partes se pode considerar proprietária exclusiva. No lugar comum estão a Bíblia e a Mesa Eucarística, à disposição de todos. Desta fonte é que os religiosos e o povo podem extrair a energia de crescer na fé comum e na coragem de tirar o pecado do mundo, porque na medida em que as árvores se tornam boas é, que os frutos podres vão caindo por si. De fato, Jesus usou o contraste entre a árvore boa e a árvore má, mas disse também, que ninguém é bom senão um só, Deus (19). Em mútua aprendizagem religiosos e povo crescerão e darão frutos melhores.

NOTAS:

(1) 2 Celano, 148 em: São Francisco de Assis, Ed. Vozes-CEFEPAL, Petrópolis, 1981, 392. (2) Veja Ef 4, 11-16. (3) Cfr. J. B. Libânio, As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais, Petrópolis, 1980; Leonardo Boff, Igreja, caris-

7. A título de lembrete

Entre o povo de Deus há muitas famílias que tomam a sério suas obrigações, vivem bem e praticam sua fé, sem participarem de nenhuma organização ou movimento pastoral. Elas dão testemunho da verdade do evangelho, enquanto a fraqueza humana permite, mas não entram nos esquemas de planejamento e de ação da paróquia ou da diocese.

Num país em que há tanta falta de padre e de agente pastoral, o religioso é o primeiro a ser recrutado para o trabalho pastoral organizado na linha da hierarquia. A onda de entusiasmo em redor da religiosa-vigária de uma paróquia sem padre já esfriou bastante, mas os religiosos-padres são exigidos, cada vez mais, dentro da organização pastoral oficial. Quando voltará a velha intuição de São Francisco de um grupo de religiosos morar entre o povo, num bairro, num povoado, simplesmente vivendo sua vida e dando testemunho pela sua vida, sem querer melhorar ninguém, sem obras e sem atividades pastorais, dirigidas e orientadas por planejamentos paroquiais e diocesanos? Será que o carisma dos religiosos na Igreja só floresce na medida em que entra na canalização planejada e dirigida pelo poder eclesiástico?

ma e poder, Petrópolis, 1981, 15-28; Eduardo Hoornaert, Formação do catolicismo brasileiro, Petrópolis, 1974, etc. (4) Puebla, 558-561, etc; Religiosos e Promoção Humana, D.P. 194, Petrópolis, 1981. (5) Puebla fala principalmente de três sistemas: o liberalismo capita-

lista, o coletivismo marxista e a doutrina da segurança nacional, 542-550. (6) Da muita literatura atual: P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J., Os religiosos, vocação e missão, Rio de Janeiro, 1982; Leonardo Boff, A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação, Rio de Janeiro, 1975; o mesmo, Vida segundo o Espírito, Petrópolis, 1982; J. B. Libânio, citado em nota 3; Thaddée Matura, Le radicalisme évangélique, Paris, 1978. (7) Jo 3,30. (8) Cf. Lc 9,46-48; Mt 18, 1-5; Mc 9,33-37. (9) Mc 10, 42-45.43; cfr. Lc 22,24-27. (10) Veja 1 Cor 13, 2-4. (11) Jo 10 e 15; Rom 12, 1 Cor 12. (12) Lc 16, 19-21. (13) Veja Mt 23, 8-12. (14) Puebla 444-448. (15) Bernardino Leers,

Catolicismo popular e mundo rural, Petrópolis, 1978; Riolando Azzi, O catolicismo popular no Brasil, Petrópolis, 1978; Guenter Paulo Sues, Volkskatholizismus in Brasilien, Muenchen, 1978 (ed. port. Loyola); Otto Maduro, Religião e luta de classe, Petrópolis, 1981; Carlos Rodrigues Brandão, Os deuses do povo, São Paulo, 1980; Francisco Cartaxo Rolim, Religião e classes populares, Petrópolis, 1980; bibliografia sobre religiosidade popular, 'Estudos da CNBB, 27, São Paulo, 1981. (16) Puebla, 434s. (17) Thales de Azevedo, A religião civil brasileira, um instrumento político, Petrópolis, 1981, 135. (18) Maduro, l.c., 125s. (19) Mt 7,17s; Mc 10, 18.

Catequese em dois trópicos

1. São incompletas a concepção de uma **fé-homenagem**, puramente fiducial e sem conteúdo e a concepção de uma **fé-assentimento** a uma doutrina, mas despersonalizada. O Concílio Vaticano II fez a síntese entre o elemento objetivo — em QUE creio — e o elemento personalístico — em QUEM creio — da fé.

2. "Ao Deus que revela deve-se a obediência da fé (Rom 16, 26), pela qual o homem livremente se entrega todo a Deus prestando ao Deus revelador um obséquio pleno do intelecto e da vontade e dando voluntário assentimento à revelação feita por Ele", DV 5.

Catequese é transmissão de verdades?

É um fato: "quando a inteligência está doente a fé não pode subsistir". Mas a preocupação primeira da Catequese é pôr em contato com uma Pessoa viva — JESUS CRISTO. Seus ensinamentos são verdades salvíficas e vitais. Eles interpelam e exigem definição de vida. Mais do que uma iluminação da inteligência, a Catequese trata de uma intimidade e de uma comunhão interpessoal de vida.

O que se entende por pastoral de juventude do meio popular?

Pastoral é a expressão nova da presença da Igreja nesta conflitiva e iníqua sociedade de classes. A **juventude** se constitui num quase-grupo desta sociedade. Dentro da opção preferencial pelos pobres, o **meio popular** está a exigir uma pastoral específica de juventude. Pegue Convergência, setembro de 1982, leia à página 501: Por uma pastoral de juventude do meio popular.

VIDA RELIGIOSA E PROFISSIONALIZAÇÃO

COMENTÁRIO SOBRE OS DADOS DE UM LEVANTAMENTO

Pe. Martinho Lenz, S.J.

Porto Alegre, RS

1. "Profissionalização" dos religiosos: um processo que nos questiona.

A questão da profissionalização dos religiosos (entenda-se aqui por profissionalização, em termos operacionais, o exercício de uma profissão remunerada, com vínculo empregatício) vem merecendo a atenção da CRB Nacional há bastantes anos. Em 1977 uma equipe da CRB realizou uma pesquisa sobre o tema junto a Superiores Maiores (53) e junto a religiosas profissionalizadas (691 irmãs). O objetivo foi descrever a intensidade do fenômeno, saber como ele era vivido pelas próprias irmãs profissionalizadas e perceber a incidência do fenômeno na evolução da VR. Havia também interesse em saber se existia relação entre profissionalização e pequenas comunidades. Os dados levantados foram de certo modo surpreendentes. Con-

trariamente ao que se poderia esperar, a pesquisa não encontrou uma ligação necessária entre o fenômeno da busca do emprego remunerado e a tendência à constituição de pequenas comunidades.

A incidência da profissionalização era grande também em grandes comunidades, oscilando entre 10 e 50% do total das irmãs das Províncias consultadas.

Quanto à vivência dos profissionalizados, sobressaíam como motivações o desejo de inserção na vida do povo e no mundo do trabalho e a dimensão missionária do trabalho profissional; acentuou-se a valorização subjetiva muito grande por quem vivia a experiência e apontou-se para algumas tensões que uma religiosa profissionalizada poderia viver na Comunidade. O relatório, publicado em **Convergência**, jul/ago de 1978, nº 114, pgs. 327-329, que

preparado pela Ir. Carmelita de Freitas, FI, e Irmã Laura M. Mousinho, NDS, terminava com algumas interrogações, uma das quais questionava o significado da profissionalização para a evolução da VR.

Sobre o mesmo tema reuniram-se também três seminários: um em outubro de 1975, outro em fevereiro de 1977 (este em Fortaleza) e um terceiro no Rio, em junho de 1980. O relatório deste último encontro está publicado em **Convergência** (set 1980, ano XV, nº 135, p. 435-447), sob o título **Vida Religiosa e Profissionalização**, e assinado pelo P. Belmiro Mello Filho, SVD e pela Ir. Terezinha do Carmo Silva, Prov. de GAP. O encontro deu oportunidade para uma reflexão conjunta entre um pequeno grupo de religiosos profissionalizados e a equipe de reflexão sobre VR e a Profissionalização, da CRB Nacional. Um aspecto que parece ter ficado bastante claro neste seminário é que a opção por um trabalho assalariado deve estar em harmonia com a opção apostólica da Congregação e não se constituir em uma forma de promoção ou de independização pessoal. Os depoimentos dados por alguns dos participantes do seminário e publicados no mesmo relatório reforçam esta linha de visão.

A evolução das reflexões a nível de CRB Nacional foi mostrando que o exercício e trabalho remunerado com vínculo empregatício por parte dos religiosos é um fenômeno **marcante** na vida dos religiosos e das suas comunidades e forte potencial de influência sobre a linha de evolução da VR entre nós. De outro

lado, o fenômeno foi mostrando uma espécie de ambivalência: se por uma parte, a profissionalização era questionável na condição em que por vezes ocorria, por outra parte, o processo de profissionalização era fonte de questionamento para um certo estilo de vida religiosa.

Até aqui chegou a análise da questão, pelo que nos é dado saber, através dos relatórios publicados.

2. Uma Nova Pesquisa (outubro de 1981).

A equipe da CRB que acompanha a questão da profissionalização dos religiosos, decidiu lançar uma nova pesquisa sobre o fenômeno, a realizar-se no segundo semestre de 1981. Um objetivo da pesquisa seria atualizar os dados sobre a extensão do fenômeno e sua evolução em termos de tipos de profissão exercidas pelos religiosos. Outro objetivo era verificar a existência de vinculação entre o trabalho remunerado e o fenômeno da vida religiosa inserida em meios populares.

Foi nesta altura que fui solicitado a prestar uma colaboração com a equipe para a elaboração de um questionário e, posteriormente, para a realização de uma leitura dos dados — o que faremos a seguir.

Diante dos objetivos apresentados, optou-se por uma simples sondagem (pesquisa descritiva), utilizando-se como fonte de informações as sedes de governos e provinciais.

Foram enviados em torno de 745 questionários, endereçados a todas as sedes do governo de institutos re-

ligiosos no Brasil. Ao todo, chegaram (até 15 de outubro, data-limite de envio), 187 respostas, ou seja 25,1% sobre o total dos questionários enviados. Os institutos religiosos femininos foram mais diligentes em responder que os masculinos: responderam 42 institutos masculinos (17,3%) contra 146 institutos femininos (28,8%).

2.1. Extensão do fenômeno da profissionalização dos religiosos em meados de 1981.

Há dois aspectos interessantes nos dados levantados.

2.1.1. Proporção de religiosos profissionalizados.

Inicialmente, voltemos ao conceito de "profissionalizado". Partiu-se do conceito usado na pesquisa de 1977, religiosos(a) com vínculo empregatício. Este conceito nos parecia excluir os que trabalham em instituições pertencentes a própria Ordem ou Congregação. Mas não deixava claro se incluía ou não os que trabalham em ocupação remunerada **sem terem carteira** assinada. Colhemos assim as duas informações: com e sem carteira assinada.

Há ainda outro aspecto que pode interferir no tipo de relacionamento empregatício que se cria: o fato de trabalhar em instituição religiosa (diocesana, paroquial, particular) ou em instituição laica (privada ou pública). Na apuração, distinguimos também entre dois tipos de emprego.

Vamos aos dados: primeiro, o dado mais geral. No conjunto dos religiosos(as) estudados nesta amos-

tra, 38,6% exercem trabalho remunerado fora das obras da própria Congregação; 19,3% o fazem em instituição leiga (particular ou pública); 17,8% trabalham com carteira assinada, e 20,8% trabalham sem ter a carteira assinada.

A proporção dos religiosos que trabalham **fora** das próprias instituições é bem menor que a das religiosas, numa proporção de 18,3% (religiosos profissionalizados) para 42,0% (religiosas profissionalizadas).

Entre os religiosos, 6,2% trabalham em instituições leigas, e apenas 7,4% tem a carteira assinada (10,9% trabalham sem ter carteira assinada). Entre as religiosas, 21,6% trabalham em instituição leiga (particular ou pública) e apenas 19,6% trabalham com a carteira assinada (22,4% trabalham sem ter a carteira assinada).

Desde logo, chama a atenção o fato de muitos religiosos(as), trabalharem sem ter a carteira assinada. Se há casos em que esta situação se justifica, caberia investigar se em outros muitos casos não se trata de uma situação irregular, de uma forma de sub-remunerar o trabalho do religioso(a). São 32,8% dos que trabalham em instituição particular leiga ou em serviço público que não têm direito aos benefícios sociais, que são de lei.

2.1.2. Religiosos Profissionalizados, por profissão exercida.

Quanto ao tipo de profissão exercida, no conjunto dos religiosos, a que mais se destaca é a de professor

(36,4% das ocupações), vindo em segundo lugar a de agente de pastoral (33,0) e a de enfermeiro (24,1). Mas há também uma modesta e talvez significativa representação de operários entre os religiosos (3,9%).

Já entre os religiosos, sobressaem os agentes de pastoral (54,0%) e os professores (36,2%); enquanto entre as religiosas praticamente se equivalem os agentes de pastoral (28,8%), as professoras (25,6%) e as enfermeiras (24,7%). Chama a atenção a baixa proporção de assistentes sociais no conjunto da pesquisa (3,2%), uma profissão que pode ter uma grande função na promoção humana. A lista dos outros tipos de trabalho tem mais de 40 profissões, o que indica a grande diversidade de serviços prestados pelos religiosos.

2.2. Trabalho remunerado e vida religiosa inserida.

Esta segunda parte do levantamento procurou saber a relação entre inserção e trabalho remunerado e também o grau de auto-sustentação das comunidades inseridas.

Quanto ao primeiro dado, verificou-se que 56,6% dos religiosos (as) que vivem em comunidades inseridas têm trabalho remunerado. Esta proporção é mais entre as religiosas (58,4%) que entre os religiosos (40,6%).

No que toca à auto-sustentação, 63,9% das comunidades inseridas se mantêm totalmente pelo próprio trabalho; 36,1% se mantêm em parte com o próprio trabalho, em parte

com a ajuda da Congregação. A proporção das comunidades religiosas inseridas que se auto-sustentam é maior entre as religiosas (66,1%) que entre os religiosos (46,4%).

3. Questões que importaria aprofundar

Uma primeira questão é o próprio conceito de profissionalização. O conceito usado nesta pesquisa e nos relatórios anteriores me parece um tanto empobrecido e que pode levar a equívocos. Profissionalizar-se não significa apenas empregar-se, exercer uma função remunerada, mas também tornar-se um profissional, superando o amadorismo e aprendendo uma profissão através de uma preparação adequada e assumindo as atitudes e a consciência de um profissional. Isto implica, cada vez mais, na necessidade de uma especialização. A problemática da "profissionalização" parece ter entrado no campo da consciência de muitos religiosos como sinônimo de busca de autonomia financeira com um emprego remunerado, possivelmente fora das obras da Congregação, o que parece ter induzido a um uso inadequado do termo profissionalização.

A aquisição da consciência de ser profissional, de realizar trabalho de profissional e não de amador faz exatamente também parte da experiência de profissionalização de muitos religiosos no Brasil e sua experiência talvez pudesse ser refletida e levada à consciência de outros que não a tiveram.

Outra questão, que não vi abordada explicitamente nos relatórios anteriores é a questão das **fontes de rendimentos** que permitem a sustentação dos religiosos. Até que ponto muitos religiosos ainda vivem, em boa medida, de investimentos ou rendas financeiras ou imobiliárias e não submetidos à “lei comum do trabalho” (Perfectae Caritatis, 13)? O trabalho dos religiosos tem, de fato a natureza “de meio de sustentação e de serviço” (Paulo VI, “sobre a Renovação da Vida Religiosa segundo os ensinamentos do concílio” nº 20), realizado com espírito de desprendimento, como testemunho dos bens verdadeiros? Segundo o mesmo documento ainda este testemunho deveria realizar-se pela partilha dos bens, pela dependência do religioso em relação a uma comunidade e pela sua corresponsabilidade nela. Deveria haver também, na escolha de um trabalho específico, o sentido da solidariedade com os pobres e injustiçados... O próprio modo de trabalhar dos religiosos — e os empregos que os religiosos oferecem a outros em suas instituições — deveriam ser tais que levassem a colocar a pessoa que trabalha acima das coisas, dos interesses do lucro, de vantagens materiais, no espírito da “*Laborem Exercens*”.

Com isso focamos a “dimensão subjetiva” do trabalho, o valor de experiência e de aprendizado que o trabalho profissionalizado traz consigo. É mais especificamente, as **motivações** que podem levar um religioso(a) a basear um trabalho assalariado.

Haveria que distinguir entre as motivações que de fato ocorrem e as motivações de inspiração evangélica, que deveriam servir de critérios para a avaliação das motivações reais. Então poderiam aparecer com mais clareza as motivações autênticas, diversas das quais já foram apontadas em reflexões anteriores sobre o tema: a solidariedade com os que vivem a dura realidade de um trabalho penoso e mal remunerado (a inserção no mundo do trabalho); a dimensão mais diretamente missionária ou apostólica que pode estar ligada a um carisma da Congregação; a submissão à lei comum do trabalho, como fonte de sustentação da comunidade; oportunidade para sermos evangelizados pelos pobres, pelos trabalhadores; o motivo de serviço aos próximos, etc. Apareceriam também com maior nitidez as motivações ambíguas ou espúrias: a busca de auto-realização ou de “independência” financeira pessoal; a busca de uma falsa secularização ou identificação com o mundo envolvente, que leva a uma acomodação e à perda de um sentido missionário, etc.

Um resumo de motivação autêntica, que inclui referência à missão evangelizadora do religioso e à sua vinculação apostólica a uma comunidade, me parece formulado nesse depoimento, que aparece no relatório de 1980: “que o trabalho assalariado seja assumido como envio em missão e que toda comunidade se sinta responsável”.

Um outro aspecto que poderia merecer uma atenção especial seria

uma **teologia e uma espiritualidade** do trabalho assalariado na VR. Por exemplo, a questão da insegurança no trabalho para quem não se "acomoda" às regras do jogo (a quaisquer regras); a partilha das alegrias, esperanças, decepções e conflitos de quem trabalha como assalariado; a partilha também do seu salário com toda a comunidade; a partilha, ainda, de um projeto evangelizador no trabalho.

As experiências "fracassadas" de profissionalização não poderiam merecer também uma atenção? Assim como as transformações que pessoas e comunidades religiosas experimen-

tam, ganhando a vida como assalariados, transformações em que fracassos ou erros iniciais levaram a descobertas e aprendizagens vitais, que se incorporam definitivamente na história das pessoas e comunidades que por elas passaram.

O assunto me parece de tal relevância para a VR que está a merecer não mais um seminário apenas, mas a continuação e o aprofundamento de todo esse esforço de reflexão e animação que em boa hora a CRB resolveu levar em frente, junto ao religioso "profissionalizado".

LIBERTAR: DESAFIO DA EDUCAÇÃO

Não deixe de adquirir e de ler este livro.

Todo mundo fala dele e de seu tema: **LIBERTAÇÃO e EDUCAÇÃO**. Saiba participar do debate informando-se bem.

O **primeiro capítulo** trata do papel novo da MORAL em Educação. Não reprimir, não dominar, mas libertar em nível tanto pessoal quanto social. Superar todo pessimismo, todo legalismo, todo individualismo privatista, toda obsessão do pecado.

O **segundo capítulo** mostra como o CRISTIANISMO é, em si, um grande movimento de EDUCAÇÃO. A Igreja, como expressão do Cristianismo, relaciona sempre educação e o próprio exercício de sua missão salvífica. Este interesse da Igreja em relacionar educação e sua missão salvífica articula-se em nível teórico e abstrato e em nível concreto, numa prática histórica. Igreja e Estado disputam a influência no espaço comum da educação. Você, Educador, como se movimenta neste espaço escorregadio e perigoso? Como crente deve adesão à sua fé e à sua Igreja. Como cidadão deve lealdade ao seu Estado. Você consegue?

O **terceiro capítulo** sublinha a pedagogia e a teologia da libertação. PEDAGOGIA é atividade formal de educação, compreendida, porém, de maneira marcadamente política. O autor defende a impossibilidade de separação entre pedagogia e política. Não há atividade pedagógica isenta e isolada do contexto político. Pedagogia não política e política não pedagógica são utopias. Debater sobre educação só tem sentido quando se conquista um conceito político de educação. Você concorda?

UM FRANCISCANO ENTRE OS BISPOS REFORMADORES

Ressaltam este episcopado: (1) A restauração do seminário diocesano como instrumento adequado para a formação do clero. (2) O apoio dado ao estabelecimento de institutos religiosos para continuidade da ação pastoral. (3) A adesão incondicional às diretrizes das Cúria Romana.

Prof. Riolando Azzi

Rio de Janeiro, RJ

Foi tal a importância do episcopado de D. Antônio Ferreira Viçoso no século passado, que fez com que se olvidasse a figura do seu predecessor D. Frei José da SS. Trindade. Não obstante, a figura do bispo franciscano merece toda a atenção, e pode ser considerado como um verdadeiro precursor do bispo lazarieta. Tendo nascido no Porto a 4 de junho de 1762, Frei José ingressou no convento da Bahia em 1778, com dezesseis anos.

Anos depois, em 1786, a província franciscana passava por uma restauração religiosa sob a ação de D. Antônio Correia, arcebispo da Bahia (1).

Ao que tudo indica, o novo espírito religioso estava ainda vigente

nos primórdios do século XIX. Em carta de 9 de fevereiro de 1810 o núncio apostólico Lourenço Caleppi assim escreveria ao provincial franciscano da Bahia:

“Alegrei-me muito com a certeza que V.P.M. Rev. me dá relativamente ao bom estado dessa Província, e de edificação que merece dos seculares, agradando-me em modo particular a observância do coro à meia-noite, sendo a prática desta regra sumamente própria para o mesmo objeto de pública edificação” (2).

Esse espírito de reforma haurido no convento foi trazido pelo frade franciscano para a sede episcopal de Mariana. Nomeado por D. João

VI a 13 de maio de 1818, D. José assumia o governo da diocese a 8 de agosto de 1820. Recebera ele com sentimento de profunda humildade sua designação para o múnus episcopal. Assim exclamava em sua primeira pastoral:

“Confundiram-se todas as potências de nossa alma no abismo impenetrável dos juízos do Senhor... Pois que coisa pode haver mais digna de se temer que o trabalho para o fraco, a elevação para o humilde e a dignidade para quem não a merece?” (3).

É significativa também a carta por ele endereçada ao Papa a 19 de dezembro de 1818, poucos meses após ter recebido a nomeação episcopal:

“Beatíssimo Padre:

“Tirando-me da obscuridade do claustro em que me achava no Convento de São Francisco da Bahia, Sua Majestade Fidelíssima, Rei de Portugal, do Brasil e do Algarves, sem olhar para a nulidade de meus méritos e debilidade de minhas forças, fez-me bispo de Mariana, neste reino do Brasil.

“Entre as obrigações que o novo cargo me impõe a principal é, desde já, prostar-me humildemente aos pés de Vossa Santidade e renovar a profissão de fé católica que emiti, não há muito, perante o Núncio de Vossa Santidade, protestando-lhe inteira submissão, e a obediência que devo ao Chefe Supremo da Igreja e vigário de Deus e à qual, com

o auxílio divino, serei fiel até à morte”.

Em seguida frei José faz questão de ressaltar que somente o Papa pode legitimar sua nomeação episcopal:

“E aqui protesto de novo a Vossa Santidade que de nenhum modo aceitarei o ônus do episcopado se minha nomeação não merecer seu inteiro beneplácito; e, em tal importância tenho a eleição de Vossa Santidade, que a sua denegação, não confirmando a apresentação régia, fora para mim um benefício, e uma garantia do amor de V. Santidade para comigo. Mas se V. Santidade entender que deve impor-me o episcopado, ônus de que recuam os mesmos anjos, peço me dispense do defeito do grau de magistério, a que aliás fora chamado, mas não o exerci, porque outras obrigações me impôs a Ordem a que pertenço” (4).

Fiel à Santa Sé, D. José procurou ser um prelado exemplar. Nota-se de fato, em sua atuação pastoral, todas as características de um verdadeiro bispo reformador. Se seu episcopado não deixou raízes mais profundas, deve-se sem dúvida a uma série de contingências históricas que limitaram sua atividade de pastor. Neste estudo queremos destacar em modo particular três aspectos de sua gestão episcopal: a restauração do seminário diocesano, o apoio dado ao estabelecimento de institutos religiosos em Minas Gerais, e por último sua adesão incondicional às diretrizes da Cúria Romana.

Foi só em meados do século XVIII que começaram a existir no Brasil os seminários episcopais, e em grande parte graças ao impulso dado pelos padres da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a maioria desses estabelecimentos clericais ainda incipientes entraram em crise, chegando alguns a fechar totalmente suas portas. É nesse contexto que foi fundado em 1750 o seminário de Mariana, mediante o esforço pastoral do primeiro bispo diocesano D. Frei Manuel da Cruz. Sendo anteriormente bispo do Maranhão, conseguiu a colaboração do jesuíta padre Malagrida para a criação do seminário diocesano. Ao ser transferido para Mariana, solicitou também a presença dos jesuítas na diocese nova, e com eles deu início ao seminário episcopal.

Quando pouco tempo depois os jesuítas tiveram que deixar a diocese, expulsos do Brasil, o seminário passou por um período difícil, a tal ponto que o antecessor de D. Frei José decidiu fechá-lo por falta de seminaristas. Era pois necessário começar tudo de novo. Com razão pois, escreve o cônego Trindade:

“D. Frei José tem para nós os merecimentos de fundador do Seminário; de tal modo, com tanto ardor e esforço se empenhou em restaurá-lo e elevá-lo ao nível de seus altos destinos”.

E em seguida acrescenta:

“Tendo-o encontrado em total abandono em agosto de 1820, quan-

do fez sua entrada solene em Mariana, em menos de cinco meses... reparou todo o enorme edifício, e a 23 de janeiro do ano seguinte começou o estabelecimento a funcionar...” (5).

Em carta ao ministro Thomás Antônio de Vila Nova Portugal, datada de 20 de dezembro de 1820, o prelado assim comunica a reabertura do seminário e seus projetos para o futuro:

“Dou parte a V. Excia. para que se digne levar à presença de El-Rei Nosso Senhor que achei nesta cidade de Mariana um edifício que serviu de Seminário Episcopal, ereto com aprovação do Sr. Rei D. João V de feliz memória pelo meu predecessor D. Frei Manuel da Cruz, com suficientes cômodos, e diligência de aplicações dos créditos da sua mitra e esmolas que pediu para nele estudarem alguns seminaristas e se prepararem os novos aspirantes ao estado eclesiástico...”

“E porque deste pio estabelecimento tem saído para ambos os estados homens beneméritos que os têm servido e ainda o estão servindo com honra e dignidade, intentei restabelecê-lo, esperando ao mesmo tempo com esta diligência não só promover a glória de Deus e da sua igreja, como também que no mesmo seminário se preparem homens capazes para que, com maior estudo em a universidade sirvam dignamente a um e outro estado” (6).

O prelado conserva ainda a mentalidade típica do período colonial, em que, pela carência de estabelecimentos de educação, o seminário servia não só para a formação dos candidatos para a carreira eclesiástica, como também para aqueles que desejavam permanecer no estado civil. O regulamento para o seminário restaurado foi traçado pelo próprio bispo sob o título: "Estatutos para o Regime do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Boa Morte da leal cidade de Mariana no ano de 1821".

A apresentação dessas normas era feita nos seguintes termos:

"De quanta utilidade sejam para a boa ordem moral os seminários públicos, basta chamarmos a juízo a própria experiência para sem muito trabalho fazermos justiça a estabelecimentos tão pios e necessários. Neles se desenvolvem as idéias do homem ainda cobertas com as mantilhas da obscuridade, que por falta de mão hábil ficarão sepultadas nas trevas da ignorância. Neles aparecem talentos raros que, à proporção do culto que recebem, facilitam-se-lhes os conhecimentos adquiridos por alguma diligência (suposto que pouco formada), tornando-os capazes de maiores graus de ciência. Neles, enfim, se aprende a boa moral que regula os costumes e forma para os dois estados homens capazes de os servirem, segundo os empregos para que são destinados".

A instituição dos seminários, portanto, é vista como fundamental para a manutenção da ordem social estabelecida. Após ter indicado a

importância dessas casas de formação clerical para o próprio Estado, o bispo enfoca seu significado dentro do espírito da reforma tridentina:

"Foi por esse motivo que os padres do Concílio de Trento e os Sagrados Pontífices nas suas bulas apostólicas recomendam aos senhores bispos estas pias instituições, querendo que em cada um dos bispados não se admitam estudantes ao estado eclesiástico sem que primeiro se instruem e preparem nestas casas de educação e dêem prova, onde melhor se conheçam os que se fazem dignos pela sua literatura, e Deus os chama por uma santa vocação, permitindo aos mesmos bispos que para a criação e conservação dos mesmos seminários possam pensionar os seus mesmos párocos e clero" (7).

Os estatutos do seminário dão ênfase à formação espiritual, para que se obtenha a finalidade desejada de uma renovação moral do clero. Esses regulamentos conservam porém ainda uma linha de moderação, permitindo que outros jovens freqüentem as aulas do seminário, embora não se destinem ao estado eclesiástico. O Pe. Silvério Gomes Pimenta ressalta a importância da restauração do seminário com estas palavras:

"Reabriu-o o Sr. D. Frei José da SS. Trindade, desveladamente tratou de o tornar apto a seu fim, procurando-lhe pessoas capazes para dirigi-lo e para a instrução da mocidade; deu-lhe um excelente regulamento que merecia ser transcrito... Depois da morte deste prelado ainda esteve o seminário funcionando alguns anos, até que com a revolução de 1842

dispersaram-se os alunos, suspende-ram-se as aulas e o edifício serviu de quartel à tropa. . . .”

Segundo o mesmo autor, os resultados positivos dessa instituição eclesiástica chegaram até D. Viçoso. É ainda o biógrafo de D. Viçoso quem afirma:

“Os colégios do Caraça, e Congonhas, e o seminário de Mariana davam instrução bastante ao clero: do que temos testemunho do Sr. D.

Antônio, que afirmara nos princípios do seu governo achar seus padres em geral suficientemente instruídos: no que muito devemos às diligências do Sr. D. Frei José da SS. Trindade” (8).

A formação especificamente sacerdotal dos seminaristas, como o ensino da filosofia e da teologia era confiada, durante o governo episcopal de D. Frei José, a dois sacerdotes franciscanos que ele trouxera consigo para o diocese.

II — OS FRANCISCANOS NA DIOCESE

Em sua obra **A Capitania de Minas Gerais** Augusto de Lima Junior afirma que os frades de São Francisco merecem especiais homenagens pelos serviços prestados naquela região. De fato, não obstante as repetidas proibições régias emanadas durante o século XVIII quanto à fixação de Ordens Religiosas nas Minas Gerais, diversos frades franciscanos lá desenvolveram suas atividades como missionários itinerantes. Frei Basílio Rower ressalta esse aspecto neste tópico:

“A Capitania de Minas Gerais foi beneficiada religiosamente pelos filhos de São Francisco desde o começo de sua história, com o descobrimento do ouro e pedras preciosas. Os franciscanos foram os seus primeiros missionários; associaram-se em 1727 os padres capuchinhos. As Recolhidas da Conceição de Macaúbas difundiam a espiritualidade franciscana, educando meninas durante dois séculos. Os esmoleres da

Terra Santa e dos Conventos percorriam a capitania, fomentando o espírito religioso, e a Ordem Terceira, por fim, moralizava o indivíduo e estabelecia os bons costumes no seio da família” (9).

Na realidade, a primeira tentativa de fixação de religiosos na capitania foi feita na época do primeiro bispo D. Manuel da Cruz, trazendo para Minas alguns jesuítas a fim de se encarregarem da direção do seminário por ele fundado em 1750. Mas a experiência foi de curta duração, terminando com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 por ordem de Pombal. Foi durante o episcopado de D. José que de novo os religiosos voltaram a se instalar na diocese de Mariana. Vieram em primeiro lugar os Padres da Missão, tendo recebido de D. João VI o encargo da administração do eremitério e do santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens na serra do Caraça.

Pouco depois, juntamente com o bispo, vieram os franciscanos Antônio da Conceição e Manuel do Espírito Santo, a fim de colaborar na pastoral da diocese e na organização do seminário. Raimundo Trindade assim comenta a atuação desses religiosos:

“Tinham vindo com o Sr. Bispo, de quem haviam sido poderosos auxiliares na restauração do seminário, na administração da fazenda do Palmital, na fundação do hospício de Santana e na reforma de Macaúbas”.

E acrescenta depois esta frase significativa:

“Frades e portugueses, eram já, só por isto, fortemente suspeitos aos patriotas mineiros” (10).

Em 1828 e 1829 foram propostos na Câmara dos Deputados projetos para a utilização dos bens dos religiosos para sanar os déficits do governo imperial. Assumiram a defesa dos bens das Ordens religiosas o arcebispo da Bahia D. Romualdo de Seixas e D. Marcos Antônio de Souza, bispo do Maranhão. Em carta a D. Marcos o bispo de Mariana assim comenta as medidas projetadas contra os religiosos:

“Ah! meu Exmo. Prelado! Observemos o alvo contra quem é apontada esta artilharia, e que V. Excia. e o Exmo. Sr. Arcebispo tanto trabalharam por desviá-la, não merecendo um só **apoio**, quando os discursos subversivos da verdade a cada pensamento acompanhavam tantas aprovações”.

E, aludindo à sua condição de religioso, prossegue:

“Eu sou suspeito, mas V. Excia. muito judiciosamente e como experimentado declarou na sua defesa quanto os religiosos ajudam os párocos nas confissões assim na enfermidade como na saúde, e até nas desobrigas dos seus paroquianos, passando a lamentar aqueles bispos, onde nunca se consentiram esses coadjutores dos vigários...”

Conclui com esta apologia do trabalho dos religiosos:

“Se se tivessem estabelecido conventos neste continente, talvez não padecesse o pasto espiritual tantas vicissitudes, e os vícios não arraigariam tanto nos corações. Os mesmos párocos não só descansariam mais, como até se afervorariam em cumprir melhor suas obrigações” (11).

Em vista das circunstâncias da época, a presença dos franciscanos na diocese de Mariana foi bastante contestada. Eles representavam, de fato, o espírito católico anti-liberal, que deveria constituir uma das características específicas do movimento dos bispos reformadores. Como professores do seminário, procuravam opor-se ao racionalismo e liberalismo, de que já estava imbuída, aliás, uma parte significativa do clero brasileiro. O fato de serem portugueses, gerou contra eles a hostilidade pública. O próprio prelado foi atingido nessa campanha.

Já em 1827 frei Antônio da Conceição, secretário particular de D. José assumia a defesa do prelado

contra os ataques dos liberais publicando um estudo apologético entitulado **O inimigo do filosofismo destruidor**. A esse opúsculo respondeu um sacerdote da diocese, o padre Behring com uma **Resposta categórica ao inimigo do filosofismo**. Os frades passaram a ser acusados de defenderem os interesses portugueses em detrimento do Brasil. A 10 de junho de 1831 Manuel Inácio de Melo e Souza denunciava as atividades dos frades à Regência com o seguinte ofício:

“Ilmo. e Exmo. Sr.

“Tendo eu perdido as esperanças de fazer entrar na marcha constitucional os religiosos mendicantes frei Manuel do Espírito Santo e frei Antônio da Conceição que para aqui acompanharam o Revmo. Bispo Diocesano, empregando para isso todos os meios a meu alcance públicos e particulares a fim de conseguir que os mesmos se mostrassem interessados no progresso da nova ordem que os negócios de Estado têm seguido, vejo-me na precisão de expor com franqueza a Vossa Excelência para levar ao conhecimento da Regência em nome do Imperador que a medida de serem recolhidos estes religiosos a seu convento muito importa à tranqüilidade desta província”.

A alusão refere-se evidentemente à mentalidade conservadora e anti-liberal dos dois frades, especialmente após a abdicação de D. Pedro I. Em seguida o mesmo declarante acrescenta:

“Confesso a V. Excia. que não é o clamor das Folhas públicas contra eles levantado que move a esta

representação, instruído de muito tempo da repugnância com que estes religiosos aderiram à independência do Brasil, e da teimosa e impolítica animosidade com que constantemente ensinaram no Seminário a doutrina do poder dos reis em oposição ao artigo 12 da Constituição do Império, animosidade que ora mais escandalosa e insuportável se torna depois dos gloriosos acontecimentos do dia 7 de abril, sendo certo que parte do tempo das lições que explicam no Seminário é consumida em divagações criminosas contra as liberdades políticas e legais...”

Se devemos crer em Melo e Souza, os dois frades recalcitravam fortemente em aceitar a evolução política e social que se operava no país.

E o próprio Melo e Souza conclui:

“Eu trairia o meu dever e os interesses da Província, se por mais tempo sobrestivesse em levar ao conhecimento de V. Excia. o exposto, requisitando o pronto recolhimento destes religiosos” (12).

Tudo leva a crer que, estando os ânimos exaltados, as atividades dos franciscanos fossem interpretadas com certa parcialidade pelos adversários. É evidente, por outro lado, que por sua própria concepção anti-liberal, eles estivessem pouco inclinados a aceitar o governo regencial. Em vista das pressões sofridas, em agosto de 1832, os dois franciscanos deixaram a diocese de Mariana. Não obstante as dificuldades provenientes do momento político, os Padres da Missão continuaram sem interrupção seu trabalho na diocese.

III — A ATUAÇÃO DOS PADRES LAZARISTAS

Os primeiros lazaristas portugueses tinham vindo ao Brasil com destino às missões do Mato Grosso. Não obstante, ao chegarem ao Rio de Janeiro, D. João VI decidiu confiar a eles a herança deixada pelo irmão Lourenço na serra do Caraça. Estando ainda na sede da Corte, os padres Lazaristas Leandro Rabelo e Antônio Viçoso encontraram-se com o bispo eleito D. Frei José. A esse respeito comenta Raimundo Trindade:

“Estando D. Frei José no Rio, ao tempo da vinda dos padres à Corte, é lícito conjecturar que não teria deixado de meter empenhos no sentido de mais prontamente decidir o governo a mandar para a sua diocese” (13).

Por sua vez, o biógrafo de D. Viçoso escreve:

“Antes de partir, sabendo que no Rio se achava para sagrar-se o bispo eleito de Mariana, não quiseram esses lazaristas meter-se a caminho sem levar as bênçãos do diocesano e ouvir suas determinações. Acolheu-os o sr. D. José com a bondade e o carinho que o caracterizavam, experimentando satisfação particular sabendo que ia ter tão operosos auxiliares”.

Quando estavam ainda em viagem para o Caraça, receberam cartas do governador do bispado concedendo-lhes faculdade de confessar, pregar a todo o exercício de ordens sacras na diocese de Mariana. E Silvério Pimenta acrescenta:

“Esta fineza de quem ainda não os conhecia, assaz os consolou, e mais penhorados ficaram com semelhante demonstração da autoridade eclesiástica, por descobrirem nela a mão do Sr. D. José da SS. Trindade, que os meteu tão dentro no coração desde que os viu no Rio de Janeiro” (14).

Os lazaristas instalaram-se na serra do Caraça, e a partir de lá iniciaram a pregação de missões populares por diversas regiões das Minas Gerais. Mas encontraram também forte oposição dos liberais, sendo acusados de jesuítas, retrógrados, ultramontanos, absolutistas. Na carta anteriormente aludida ao bispo do Maranhão, D. Frei José assim se refere à ação dos políticos liberais contra os Padres da Missão:

“E porque os nossos reformadores tanto hão de dilacerar os diminutos coadjutores que no ano de 1820 foram mandados para esta vinha deserta e desamparada de ministros da religião? E como foram eles mandados senão apostolicamente, para habitarem um ermo, onde se sobe com muito incômodo... A herança foi tal que ao princípio não sustentava quatro padres, e lhes era necessário andarem quase sempre ocupados dois nas missões”.

E após ter aludido as limitações impostas à herança recebida, acrescenta:

“Eles se retirariam irremediavelmente se de uma parte o povo que freqüentava este novo deserto para

buscar na sua caridade os socorros espirituais, e que também eram sustentados à custa de suas ordens, não os animassem a conservarem-se; e da outra esperanças nas esmolas da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens espalhada por toda esta província e fora dela, pelos seus anais em cuja cobrança trazem sempre coletores. . . .”

A carta é muito interessante porque nos faz ver como o bispo prestigiava a colaboração pastoral dos Padres da Missão, e as dificuldades iniciais encontradas pelos religiosos para obterem os meios de sustento. Continua ainda o prelado:

“Contudo ainda este meio não era suficiente para o seu estabelecimento e sustentação dos religiosos que se esperava vê-los ajudar no laborioso trabalho das missões e do confessionário de dia até de noite, a que não se negam.

“Eles tomaram o expediente de abrirem seminário para a educação da mocidade, e terem onde acolher novos alunos que professassem o seu santo instituto. Enquanto não exigiam dos seminaristas mais de 50\$, e os pensavam como filhos, eram conhecidos pelo epíteto de padres Santos, suposto que esta pensão não coadjuvava a mesma sustentação dos padres e do seminário; mas depois que se viram obrigados a pagarem a mestres por não lhes vir de Portugal quem os ajudasse, e subissem de preço os mantimentos, levantaram a pensão a 80\$, e levantou-se contra eles toda a fúria de maldizentes e os intitularam jesuítas e espalhado-

res de doutrinas contrárias às circunstâncias do Brasil”.

Enquanto os antigos religiosos viviam das rendas dos seus conventos, com freqüência possuindo fazendas e escravos, os novos religiosos que vêm ao Brasil a partir da época imperial começam a encontrar dificuldades para a própria subsistência e para a formação dos membros do seu instituto. A instituição de colégios com o ensino pago torna-se o caminho habitualmente seguido para resolver os problemas de ordem econômica.

Desse modo progressivamente se operaria um certo distanciamento desses institutos religiosos de suas finalidades primordiais, consistentes geralmente no atendimento das classes mais necessitadas e desamparadas. Por sua vez, na educação escolar ficava mais fácil de ser evidenciada a orientação anti-liberal que caracterizava a Igreja nesse período. Daí os freqüentes ataques recebidos. Após defender os religiosos de todas as acusações, o bispo conclui com certa amargura no coração:

“É isto o que se diria daqueles padres, e acrescentaria que se eles se retirassem deste bispado, voltará a penúria ainda mais lamentável destes povos, e a educação continuará como tem sido antes de sua vinda” (15).

O que importa ressaltar sobretudo é a estima que o prelado nutre para com os lazaristas, considerando-os preciosos auxiliares no exercício de seu múnus episcopal. Com

razão, pois, aludindo a esses religiosos, escreve o Padre Pimenta:

“Entre os mais generosos benfeitores dos primeiros apóstolos de Minas merece particular menção o Sr. Bispo D. Frei José, o qual por conhecer melhor do que ninguém os frutos que iam colher as almas em os trabalhos destes obreiros, mais do que todos se avantajou em os favorecer. Nunca o vieram visitar que tornassem com as mãos vazias; ao revés, não houve uma só vez que ao despedir-se, não lhes vasasse nelas cinquenta mil reis, por saber que era grande a necessidade deles, e que nenhuma esmola podia fazer mais aproveitada” (16).

Desejoso de implantar na diocese uma reforma de caráter espiritual, D. José considerava os Padres da Missão como religiosos perfeitamente enquadrados dentro da espiritualidade tridentina. Segundo o prelado, um dos instrumentos mais importantes para trazer o povo a uma prática religiosa mais consciente e fervorosa eram as missões populares. Daí o incentivo por ele dado aos lazaristas nessa atividade religiosa. Em carta pastoral de 18 de abril de 1831, dirigindo-se aos seus diocesanos, D. Frei José exorta para que ofereçam cordial acolhida a esses religiosos, com estas palavras:

“Fazendo-se necessário ao bem da Igreja que os Reverendos Padres Missionários de São Vicente de Paulo passem a alguns pontos desta diocese, a consolidar a fé e a religião dos nossos mui amados diocesanos, e por meio da palavra de vida e salvação trazer os descuidados à

escrupulosa observância das leis divinas e humanas, respeitando as autoridades que os protegem e defendem, a fim de que não sejam iludidos por emissários do espírito do erro, que pretendem precipitá-los na anarquia e dissolução, e chamar sobre todos a ira do Senhor, rogamos aos muito dignos filhos de São Vicente, que proporcionando os incômodos deste santo ministério com as suas obrigações claustrais, passem em o Santo nome de Deus a clamar pela necessidade que têm todos de acudir ao interesse da salvação, reformando as suas vidas, e temendo os vãos projetos que não só desafiam contra todos a justiça do céu, mas também a chamam sobre os mesmos agressores e inquietadores da tranquilidade de suas almas e corpos”.

Não se deve esquecer que essa carta pastoral era escrita pouco depois que D. Pedro I estivera em Minas Gerais, recebendo uma acolhida fria por parte do povo. E que pouco depois ele renunciava ao governo em favor de seu filho, para júbilo dos liberais.

Essa vitória liberal, evidentemente, era vista pelo prelado como a abertura de um caminho em direção ao caos e à anarquia. Daí a insistência em que nas pregações se defendesse sempre o poder constituído. Ao mesmo tempo o prelado procurava precaver o povo contra eventuais ataques ao catolicismo, religião oficial do Estado, em nome da liberdade de consciência, como, segundo ele, já se fazia em outras províncias do Império. Por isso prossegue com estas palavras:

“Não cessamos de pedir ao Senhor das misericórdias... aparte deste seu rebanho o flagelo que tem caído sobre muitos lugares, talvez pelo descuido e negligência de seus habitantes em acudir aos clamores de verdade e de suas próprias consciências. Estes flagelos que a Divina Justiça tem permitido e deixado cair em outras províncias com grandes estragos e não nos são escondidos, ameaçam a todos que escandalosamente desprezam a voz da verdade e se entregam aos meios e paixões do coração corrompido, caminhando pelas máximas erradas. É por

estes motivos que nos esforçamos por levantar a voz, assim pelos nossos RR. Párocos, como por aqueles dignos mensageiros do céu, a fim de que sejamos salvos dos perigos que nos ameaçam” (17).

Entrevê-se nessas linhas uma preocupação muito grande do prelado em impedir que o povo se deixe cativar pelas idéias liberais, que nessa época ganhavam terreno como forma de reação contra o absolutismo do governo imperial. Nisto aliás, o bispo mantinha-se fiel às diretrizes pontifícias.

IV — ADESÃO INCONDICIONAL À SANTA SÉ

Além da restauração do seminário e da colaboração dos religiosos, merece também destaque na atuação pastoral de D. Frei José a adesão incondicional à Santa Sé. É ele sem dúvida o primeiro bispo da época imperial que se dispõe a trabalhar fielmente dentro das linhas de orientação emanadas pela Cúria Romana. Escreve a esse respeito o Con. Trindade:

“Homem de fé viva e ardente, foi um propugnador acérrimo dos direitos da Igreja. Tão sensível o seu amor à Igreja que não sofria sequer a mais pequenina alusão hostil à sua dignidade, às suas leis, aos seus direitos, à sua imunidade” (18).

Convém ressaltar que esse aspecto tornou-se posteriormente uma das notas distintivas da ação dos bispos reformadores. Esse espírito de fidelidade ao Papa foi reconhecido e

exaltado pela Nunciatura Apostólica. Em ofício endereçado ao cardeal secretário de Estado, datado de 12 de junho de 1830, o primeiro núncio do Brasil Império, D. Pedro Ostini, enaltecia a figura do bispo de Mariana como irrepreensível (19).

No mês seguinte, em ofício datado do 19 de julho, o Núncio voltava a referir-se a D. Frei José da SS. Trindade nos seguintes termos:

“Julgo-me no dever de enviar a V. Emcia Revda a cópia da carta do atual bispo de Mariana, para que possa ver os sentimentos daquele digníssimo prelado, fiel e verdadeiramente devoto da Santa Sé Apostólica. As exímias virtudes deste bispo já me eram conhecidas, mas ao vê-las confirmadas nessa carta onde transpira totalmente o obsequioso respeito e a devida reverência para com o Chefe Augusto da Igreja, que ele honra no seu representante, sen-

ti-me cheio de uma verdadeira alegria no Senhor. Praza ao Deus de misericórdia que os fiéis destas vastas regiões tenham a felicidade de possuir muitos pastores de tal têmpera, pois têm muita necessidade deles” (20).

Por sua vez, o secretário de Estado respondeu ao Núncio em carta de 16 de outubro de 1830:

“Também o Santo Padre, não menos que o senhor, louva os sentimentos expostos pelo bispo de Mariana”.

Em novo ofício de 24 de outubro desse mesmo ano o Núncio Ostini

voltava a elogiar o bispo de Mariana, qualificando-o de “egrégio, zeloso, e o mais seguramente afeiçoado à Santa Sé” (21). A 6 de julho de 1831 ainda uma vez Ostini referia-se às virtudes do D. Frei José, designando-o como “digníssimo bispo, único sobre o qual se possa verdadeiramente contar” (22).

Um dos projetos que a Santa Sé passava a esboçar nesse período era assumir o controle efetivo da Igreja do Brasil, até então dependente diretamente do governo imperial. A atitude dócil do bispo de Mariana, portanto, vinha plenamente de encontro a essa aspiração romana.

CONCLUSÃO

Um dos aspectos mais destacados da Igreja na época imperial é sem dúvida o movimento dos bispos reformadores. Trata-se de um esforço do episcopado brasileiro para implantar o modelo eclesial tridentino, em substituição da concepção de Igreja Cristandade vigente ao longo de todo o período colonial. Esse movimento toma impulso com a atividade pastoral de alguns bispos no Segundo Reinado, entre os quais emerge a figura de D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana.

Mas o seu predecessor na sede episcopal, D. Frei José da SS. Trindade, pode sem dúvida ser considerado como um dos precursores do movimento. No governo episcopal de D. Frei José aparecem com bastante evidência algumas características dos bispos reformadores.

Em primeiro lugar uma preocupação muito grande com a formação do clero, mediante a restauração do antigo seminário episcopal. Em contraposição aos clérigos envolvidos na política e com freqüência amasiados, o prelado procura preparar um novo clero mais voltado para a dimensão espiritual do seu ministério.

Em segundo lugar, o prelado busca apoio nos institutos religiosos para levar avante sua ação pastoral. Com esta finalidade o bispo trouxe consigo alguns religiosos franciscanos. Mas as contingências políticas os obrigaram a deixar a diocese três anos antes da morte de D. José. Chegam também nesse período os primeiros lazaristas em Minas Gerais, os quais encontram no prelado pleno apoio para o exercício de sua vocação apostólica. É interessante

notar que o Núncio Ostini, que tanto admirava D. Frei José, considerava a Congregação da Missão instalada em Minas como uma das poucas esperanças de renovação espiritual do Brasil:

“Esta é talvez a única coisa boa que existe neste país, já que todo o resto oferece aflitivo quadro moral, que desanima” (23).

O terceiro e último aspecto que merece destaque especial é o devotamento do prelado à Santa Sé, e sua disposição absoluta de ser fiel às di-

retrizes pontifícias. Em termos políticos, essa orientação será basicamente conservadora e antiliberal, bem de acordo, aliás, com a mentalidade do próprio frade prelado. D. Frei José da SS. Trindade faleceu a 28 de setembro de 1835. Nove anos após, já durante o Segundo Reinado, tomava posse da diocese como seu sucessor o padre Viçoso, um missionário português que havia chegado ao Carajá a 15 de abril de 1820 com o primeiro grupo de religiosos lazaristas.

NOTAS

(1) **Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil**, Recife, 1967, p. 174.

(2) *Ibidem*, p. 178. (3) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, p. 282. (4) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, 2a. ed. Belo Horizonte, 1953, vol. I, pp. 184-185. (5) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1929, vol. II, p. 785. (6) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1929, vol. II, p. 786. (7) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1929, vol. II, p. 788. (8) Pimenta, Silvério Gomes, **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso**, 2a. ed. Niterói, 1892, pp. 86,99. (9) Rower, Brasília, **Os franciscanos no sul do Brasil**, Petrópolis, 1944, pp. 76-77. (10) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, pp. 331-332. (11) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, pp. 328-329. (12) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, pp.

332-334. (13) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, p. 290. (14) Pimenta, Silvério Gomes, **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso**, 2a. ed. Niterói, 1892, p. 26. (15) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, vol. I, pp. 329-331. (16) Pimenta, Silvério Gomes, **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso**, 2a. ed. Niterói, 1892, pp. 30-31. (17) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1929, vol. II, pp. 932-933. (18) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, 2a. ed. Belo Horizonte 1953, vol. I, p. 200. (19) Accioly, Hildebrando, **Os primeiros núncios no Brasil**, São Paulo, 1948, pp. 240-241. (20) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, 2a. ed. Belo Horizonte, 1953, vol. I, p. 201. (21) Accioly, Hildebrando, **Os primeiros núncios no Brasil**, São Paulo, 1948, pp. 240-241. (22) Trindade, Raimundo, **Arquidiocese de Mariana**, 2a. ed. Belo Horizonte, 1953, vol. I, p. 202. (23) Accioly, Hildebrando, **Os primeiros núncios no Brasil**, São Paulo, 1948, p. 240.

NOVIDADE Nº 2

LIBERTAR: DESAFIO DA EDUCAÇÃO

Publicações CRB. Ano 1982. Páginas 144.

Preço: Cr\$ 480,00

Frei Antônio Moser, OFM

Pe. Cleto Caliman, SDB

Pe. Rogério Ignácio de Almeida Cunha, SDB

Adquira. Leia. Divulgue. Escola Libertadora? Ou Escola Evangelizadora? Ou simplesmente Escola Integradora? Você já fez a sua escolha? Este livro ajuda a não errar. Indica a escolha certa. Peça à CRB NACIONAL ou na sede de sua REGIONAL DA CRB.

NOVIDADE Nº 3

FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE

Publicações CRB. Ano 1982. Páginas 120.

Preço: Cr\$ 450,00

Frei Clodovis Boff, OSM

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Pe. Carlos Palacio, SJ

A formação é uma tarefa só de um(a) religioso(a)? Ou é tarefa só de um grupo particular? Por que Você é chamado(a) a ser formador(a)? Quem pode se considerar já formado(a)? Este livro ajuda a responder corretamente a estas e a outras perguntas. Peça à CRB NACIONAL ou na sede de sua REGIONAL DA CRB.